

4

O Sorriso da Intrusa: a idéia de república como cultura democrática e científica

Num artigo de crítica literária, de 1883, dedicado ao volume de poemas de Raimundo Correia, *Sinfonias*, Valentim Magalhães traça um retrato psicológico daquele bardo e relata as circunstâncias em que o conheceu, em 1877, numa casa de pensão em São Paulo, quando eram ambos estudantes da Faculdade de Direito. Refere-se ao temperamento nervoso e impressionável do poeta e à estrita educação religiosa que recebera, desenhando assim o seu perfil quando entrou para a academia: romântico em literatura, conservador e católico. Entretanto, diz o crítico, em contato com o meio estudantil, passou Raimundo a viver em conflito com aquela educação “teológico-metafísica”: “o pobre rapaz trazia um inferno na cabeça.”¹

Nesse embate com um meio de “livres pensadores, iconoclastas e rebeldes”², fez-se ele um combatente que veio a engrossar a geração de renovadores da inteligência nacional, geração profundamente interessada e engajada nas questões pátrias e na qual se deve incluir a leva de políticos que desde 1868 questionava a monarquia e/ou suas ações³.

Mas, que imagens sagradas os rebeldes iconoclastas queriam derrubar? Vamos pedir a um contemporâneo que responda a essa indagação, o que ele o faz não sem um certo exagero:

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética a mais insignificante oposição; a

¹ Valentim Magalhães, “As *Sinfonias* de Raimundo Correia” in *Escritores e Escritos (perfis literários e esboços críticos)*, p. 51. Entre os amigos que o poeta fez em São Paulo, arrola o articulista: Assis Brasil, Teófilo Dias, Alcides Lima, Pedro Lessa, Júlio de Castilhos, Pereira da Costa, Augusto de Lima, Fabrino, Silva Jardim e ele mesmo, Valentim Magalhães. Medeiros e Albuquerque, nas suas memórias, traça um retrato do poeta, classificando-o como neurastênico e possuidor de uma “sensibilidade mórbida”. Mas acrescenta que era homem de extrema bondade e um juiz criminal ímpoluto e cuidadoso que tinha pavor de fazer um julgamento errado e assim condenar inocentes (*Quando eu era Vivo*, p. 298).

² *Ibid.*, *ibidem*.

³ Na sua tese de doutorado, Ângela Alonso defende com bons argumentos a idéia de que se deve incorporar à Geração 70 toda uma gama de políticos — como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa — que se valem do mesmo repertório intelectual para criticar as instituições e pensar o país. A Geração 70 é composta de grupos socialmente heterogêneos, mas que partilham a condição de marginalizados, representando modalidades de um reformismo. (Ângela M. Alonso, *Idéias em Movimento. A Geração 70 na crise do Brasil-Império*).

autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com os seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora.⁴

Catolicismo, ecletismo, romantismo, escravidão, regime de privilégios, prestígio das instituições, os pilares da monarquia no Brasil. Contra esse alicerces, com o “arado do pensamento” semearam os livres-pensadores uma nova cultura, pelo impulso de um “movimento subterrâneo, que vinha de longe.⁵” Saudando a vitória da ciência e da liberdade com a Proclamação da República, um artigo da *Revista Ilustrada* se pergunta como foi possível tão súbita mudança, para responder: “Obscuramente, todos nós, tínhamos, dia a dia, lavrado o seio fecundo da terra da América; com o arado do pensamento (...)”⁶.

Esse capítulo trata do “bando de idéias novas” que vinha de longe — que vinha de fora, do exterior — e penetrava no subterrâneo da alma com a graça sedutora de um sorriso intruso. Mas vamos surpreendê-lo na sua aplicação prática como ferramenta para pensar as questões nacionais que se punham no contexto da década de 1880. Necessário se faz, entretanto, uma pequena notícia sobre suas linhas mestras.

4.1 Ciência e Evolução: “o arado do pensamento”

O ecletismo, filosofia espiritualista na vertente de Victor Cousin, ganhou foros de filosofia oficial na primeira metade do século XIX, no Brasil, com ela se combinando, em casamento harmonioso, o romantismo. E não só: filosofia que, na França de Luís Felipe, se chamou “espiritualismo” e tornou-se “uma aliada afetuosa e indispensável da religião”⁷. E essa influência se estende ainda, entre nós, até o final do século XIX, pela ação de professores.

Paralelo a esse oficialismo oficioso, e mais antigo do que ele, teve o racionalismo da Ilustração forte penetração na nossa elite — inclusive no imperador — e parte dela o fora beber na própria Europa. O anticlericalismo dos dirigentes brasileiros foi fato notório até mesmo porque o baixo nível intelectual

⁴ Silvio Romero, “Explicações Indispensáveis” apud Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, p. 97.

⁵ *Ibid.*, p. 98.

⁶ “Páginas Cor de Rosa” in *Revista Ilustrada*, 7 de dezembro de 1889.

⁷ Afirmação de H. Taine apud Cruz Costa, *op.cit.*, p. 74.

dos nossos padres e uma religião toda exterior, afeita mais às pompas do rito e às repercussões sensíveis da fé — misturada a credices — não seriam de molde a impressioná-los.

Roque Spencer Maciel de Barros dá à Geração 70 o epíteto de “a ilustração brasileira”. Sob a égide do cientificismo, a *intelligentzia* nacional quis valer-se da razão como guia único e seguro da reconstrução do Estado e da sociedade pátrios, deles expurgando a tradição de hierarquias fundadas sobre o privilégio e a caduca união trono-altar, para fundá-los sobre a ciência, a propulsora eficaz do progresso.

Assim é que o campo era fértil para a difusão do positivismo junto à intelectualidade brasileira, encantoando o ecletismo. Não estamos falando da adesão integral aos princípios de Comte, mas de uma disposição mental aos seus métodos de análise do real: um positivismo heterodoxo.

Da renovação intelectual da segunda metade do século XIX brasileiro, cabe ao positivismo a introdução de pelo menos duas idéias mestras: a evolução escalonada da história e o cientificismo.

As revoluções liberais e o romantismo já haviam habituado o pensamento nacional à idéia de progresso. Essa idéia ganhou com Comte um conteúdo histórico com uma filosofia de mais fácil assimilação do que a astuciosa trajetória hegeliana da razão. Martins Junior, que Raul do Valle, um dos articulistas da *Revista Ilustrada* diz ser um nome que “honra a geração moderna”, ressaltando que apesar de não ter saído da província de Pernambuco, “é conhecido em todo o país pelas suas poesias, jornais e pelas idéias avançadas que professa”⁸, verseja:

⁸ Raul do Valle, “Martins Jr.” in *Revista Ilustrada* de 1 de setembro de 1888. José Isidoro Martins Junior (1860-1904) foi destacado participante do grupo de positivistas do Recife que desenvolveu intensa ação de divulgação das idéias de Comte e de propaganda abolicionista e republicana na década de 1880. Esse grupo reunia pessoas formadas na Faculdade de Direito nos fins da década de 1870 até o começo da década seguinte. Martins Junior vinha de família abastada mas sem influência política na burocracia provincial que não tinha como absorver o crescimento do número de bacharéis. Os chefes partidários locais guardavam para os seus asseclas as boas posições no emprego público. O próprio Martins Junior foi disto bom exemplo visto que tendo sido classificado por três vezes em primeiro lugar em concursos para docente da faculdade, foi sempre preterido por candidato mais bem apadrinhado. Daquele grupo mais se destacaram Aníbal Falcão e Martins Junior. Coube a este a direção da ação pela imprensa, fundando vários jornais, nos quais redigiram Artur Orlando, Clóvis Bevilacqua e Pardal Mallet, entre outros. Foi o proprietário do popular *A Folha do Norte* (1883-1884) que seguia os moldes dos jornais independentes da Corte: barato, de tiragem diária e venda avulsa. Publicava-se nela folhetins e poemas experimentais como a “poesia científica”, da qual *Visões de Hoje* de Martins Junior foi o melhor exemplo. Distinguiu-se ele também pela oratória. Fundou com Artur Orlando uma sociedade abolicionista em 1883 e formou com o grupo um clube republicano acadêmico.

Também o mar da História está sujeito às leis
 Imutáveis, fatais, que a natureza fez
 Desde a elaboração do Cosmos, do universo,
 Quando o poema da vida apenas tinha um verso.⁹

Segundo o filósofo francês, o espírito humano percorre três momentos, no indivíduo e na história: o teológico ou fictício; o metafísico ou abstrato; e o científico ou positivo.

No primeiro, predomina a imaginação na interrogação sobre as causas primeiras cujas respostas são encontradas na intervenção arbitrária de forças divinas. É a fase do “estado teológico-militar”, que vigorou até os fins da Idade Média. Quando as explicações passaram a ser buscadas através de abstrações imanentes ao objeto — o que se teria dado a partir da Reforma — o espírito humano montou “Estados metafísico-jurídicos”. Nessa progressão, chega-se ao “Estado científico-industrial”, no momento em que a inteligência, restrita agora a seu campo próprio, abandona as investigações sobre os absolutos e as origens dos fenômenos. O Estado Positivo superando mesmo, no seu entender, a democracia parlamentar, ainda metafísica, será uma sociocracia autoritária.

Entendendo por “positivo” o dado da experiência, Comte rechaça a metafísica e o idealismo, advogando o princípio de que só podemos conhecer os fenômenos pela razão e pela observação que neles investiga não suas causas primeiras, mas suas leis e relações. É o conhecimento do **relativo** frente à inquirição do absoluto, sendo a filosofia a sistematização de todas as ciências. Registremos aqui a exata compreensão dessa dimensão da filosofia positivista através da explicação de Lauro Sodré ao bispo D. Macedo Costa, numa polêmica que adiante trataremos:

É esta uma interpretação que a filosofia positiva coloca onde há um fenômeno por explicar. O que é ela então? A renúncia da cognição do absoluto; a eliminação do sobrenatural, o corolário natural do princípio da relatividade do conhecimento humano.

Aceitar este princípio é *ipso facto* renunciar à tentativa sobre o desconhecido, o não condicionado. Se é uma verdade solidamente estabelecida pela ciência que só pode conhecer o relativo, o fenomenal, o particular, o que fica sendo a filosofia? Ainda uma explicação do Universo; mas uma explicação positiva, pelo conhecimento das leis naturais que regem os fenômenos. Há relações invariáveis

Participou, mais tarde, do Clube Republicano de Pernambuco, da Sociedade Positivista e, em 1888, do Partido Republicano de Pernambuco.

⁹ José Isidoro Martins Jr., *Visões de Hoje*, p. 28.

entre os fenômenos ligados pela lei da causalidade universal, onde a teologia colocava uma vontade e a metafísica uma entidade vaga e misteriosa.¹⁰

Para a Geração 70, o cientificismo, filosoficamente apoiado, libertava a inteligência de fantasias religiosas e de abstrações inócuas para dar conta e imprimir velocidade ao progresso tecnológico capitalista. No seu longuíssimo poema, Martins Junior resume assim seu ideário:

O século tem no dorso o estado positivo.
Esse estado, essa fase é como um largo crivo
Feito pela razão na consciência humana,
Por onde agora jorra a onda soberana
Da verdade moderna.

O solo do Real. Ficaram para trás
Os mistérios, o vago, as fantasias vãs
Que tanto haviam já desfigurado a Ciência,
E hasteou-se a bandeira, enfim, da Experiência,
Sobre a férrea muralha impávida do estudo!
Agora essa bandeira é que domina tudo¹¹

A atração exercida pelo positivismo estava em lidar ele com toda a gama do conhecimento, trazendo respostas a todas as inquietações e vicissitudes do cotidiano. O filósofo de Montpellier inovou na inclusão do estudo positivo dos fatos sociais, fundando a sociologia. Se nesse ramo de pesquisa a experimentação se mostra de difícil uso, caberá ao cientista valer-se do método comparativo e histórico para conhecer as leis que regem a sociedade. Dividiu ele essa ciência em “estática social” — a ordem —, que investiga a organização da sociedade através dos seus órgãos e funções e “dinâmica social”, onde entra a teoria do progresso social. Entendendo a sociologia como a totalização do saber, classifica as ciências do mais simples e indeterminado (a matemática) ao mais complexo e específico (a sociologia).

No final da vida, propôs a criação de uma Religião da Humanidade, religião não teísta que substituiu os santos pelo culto aos grandes vultos da História. Poucos de seus adeptos, no entanto, acompanharam esse seu desvio religioso. Enquanto, por exemplo, seu discípulo Pierre Lafitte manteve-se fiel à ortodoxia, a maioria dela se separaram, só aceitando sua filosofia “científica”, como Littré e John Stuart Mill.

¹⁰ Lauro Sodré, *Crenças e Opiniões*, p. 166.

¹¹ Martins Jr., op. cit., p. 53-54.

No Brasil, fundou-se em 1876 uma associação positivista da qual participou Benjamin Constant. Dois de seus mais destacados membros, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, ex-alunos da Escola Politécnica, vão estudar em Paris. Mendes logo retorna e transforma a associação em *Sociedade Positivista do Rio de Janeiro*, filiada à direção de Laffite.

Miguel Lemos chega ao Brasil em 1881 e, por sua vez, transfere a sociedade em Apostolado e *Igreja Positivista do Brasil*. Com essa marcada orientação religiosa, dela se afasta grande parte de seus antigos membros como Benjamin Constant. Em 1883, a Igreja rompe com Laffite.

Os positivistas brasileiros se destacaram pelo compromisso e engajamento nas questões nacionais, que procuraram deslindar à luz daquela filosofia. Opinaram sobre todos os assuntos polêmicos do momento e, contrariamente aos ensinamentos do mestre, muito deles participaram ativamente e concretamente nas lutas pela Abolição e República.

O cientificismo positivista penetra no Brasil na década de 1850, norteando teses de doutoramento. Benjamin Constant a ele adere em 1857¹². Mas o primeiro vulgarizador entre nós da filosofia da história de Comte foi Luís Pereira Barreto que, em 1874, publicou *As Três Filosofias*.

O positivismo “científico” difundiu-se “especialmente na classe média e na dos engenheiros¹³”, através dos professores de matemática — ciência destacada por Comte —, e ganhou enorme espaço nas escolas Politécnica e Militar. Dentre aqueles professores distinguiu-se Benjamin Constant, requisitado pelo próprio imperador para administrar aulas às suas filhas e, mais tarde, aos príncipes¹⁴. No âmbito daquelas academias, a adesão à idéia de república — uma “política racional”, segundo Comte —, já era muito expressiva.

O programa da Igreja Positivista, desenvolvido por Teixeira Mendes em *Pátria Brasileira* (1881) compõe-se de três pontos básicos: 1) luta pela transformação política do país, de império em República; 2) preparação para

¹² Informações retiradas de R. S. Maciel de Barros, *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*, p. 115.

¹³ Pereira Barreto apud Cruz Costa, op. cit., p. 135.

¹⁴ D. Pedro II assistira, impassível, ao concurso de Benjamin Constant, em 1873, para repetidor da Escola Militar, ocasião em que este declarou, publicamente, sua adesão ao ideário positivista.

separação entre igreja e Estado, através da instituição do casamento civil e da secularização dos cemitérios; 3) completar a obra de emancipação dos escravos¹⁵.

Não representava, porém, o positivismo a única base filosófica da renovação intelectual do final do século XIX. Mesmo um dos principais discípulos de Comte no Brasil diz ter sofrido também outras influências:

(...) foi o antagonismo entre a Igreja Católica e as minhas aspirações republicanas, o fator preponderante da minha emancipação intelectual. (...) Secundariamente influiu para o mesmo fim a leitura de algumas páginas dos *Primeiros Princípios* de Herbert Spencer (...).¹⁶

O evolucionismo bebido não só em Spencer como em Haeckel — e, para outros, também em Noiré e Hartmann — vulgarizou, no Brasil, as descobertas de Lamarck e, especialmente, as de Darwin¹⁷. E nisso teve especial atuação a “Escola de Recife”, através da qual Tobias Barreto entusiasmou a juventude do norte e seus discípulos vieram a ter papel ativo e de destaque na renovação mental do último quarto do oitocentos brasileiro.

Professor em Iena, Haeckel, desde a década de 1860, adota o monismo como princípio orientador da sua filosofia. O monismo que é em filosofia a absorção dos entes num único ser, material ou espiritual, serviu de princípio para aquele filósofo atacar a teoria criacionista cristã, respaldado pelo ambiente positivista de explicação do mundo através de causas naturais e da idéia de progresso. A vida, por essa via, se faz uma propriedade físico-química e evolui a partir da **mônera**, primeiro organismo unicelular, de geração espontânea. É famosa a sua afirmação de que “a ontogênese é uma recapitulação abreviada e acelerada da filogênese.”

O realismo monista rechaça qualquer concepção idealista do mundo porque esta só o conhece através do sentimento ou da revelação. Contra ela, opõe o método da ciência positiva e tem a Igreja como a inimiga da civilização, ridicularizando seus dogmas e instituições. O cristianismo, assim, deveria ser substituído pelo culto à ciência que, deixada livre, é a grande indutora do

¹⁵ Informações retiradas de R. S. Maciel de Barros, op., cit.

¹⁶ Miguel Lemos apud Cruz Costa, op. cit., p. 148.

¹⁷ Medeiros e Albuquerque pertencia a um grupo de intelectuais que se reunia em torno de Tito Lívio de Castro para estudar e debater as teorias modernas e garante: “nós conhecíamos a fundo todas as obras de Haeckel, traduzidas para o francês (*Quando eu Era Vivo*, p. 59)”. Refere-se ainda a Schopenhauer e Hartmann e afirma que ensinou transformismo na escola.

progresso. Martins Junior refere-se ao “novo deus (...) / À quem a nossa idade apelidou de ciência.¹⁸”

O monismo de Haeckel funde ciência e filosofia e só aceita a experiência e a razão como instrumentos do conhecimento¹⁹. Adota a seleção natural e a luta da espécie como as leis fundamentais da evolução. É ainda Martins Junior quem declara: “Eu sirvo a esse princípio: — a Evolução.²⁰” Mais adiante melhor explicita essa sua adesão: “Buscando demonstrar pela transformação / A origem das espécies; crendo na *seleção*: / Credo na lei geral da luta na existência”²¹.

Se o filósofo de Iena teve maior penetração no norte do país, o evolucionismo de Herbert Spencer ombreou com o positivismo a ascendência sobre o pensamento brasileiro no final do século XIX.

Também sobre o pressuposto romântico do progresso constante da História e de que as evoluções singulares caminham dentro de um grande processo universal de mudança, Spencer deu ao evolucionismo uma forma filosófica, alcançando grande fama.

Insistindo igualmente na tese da incognoscibilidade da realidade última, difere, no entanto, pela aceitação do fato de que o absoluto está na consciência e no senso comum — embora como mistério — e de que os fenômenos são dele manifestações. Argumenta, ele também, de que só é possível se conhecer a relação entre as coisas e não elas próprias. Todo o conhecimento é relativo e condicionado e, como Comte, entende a filosofia como o conhecimento pelo maior grau de generalidade.

Spencer distinguiu leis de evolução pelas quais a mudança se opera por **diferenciação** do mais simples ao mais complexo, do uniforme ao heterogêneo, do indefinido e indeterminado ao definido e determinado. São leis que tanto explicam os organismo naturais como os sociais, sendo a evolução um processo infinito porque, por efeito de agentes externos, os estados de equilíbrio não se mantêm, ocorrendo a dissolução. Uma teoria cíclica, mas progressista, da História em eternos retornos de evolução e dissolução.

¹⁸ Martins Junior., op. cit., p. 51.

¹⁹ Noiré e Hartmann, filósofos adotados por alguns membros da Geração 70, como Tobias Barreto — mas não Sílvio Romero — amenizam o materialismo monista de Haeckel, admitindo a existência de forças espirituais.

²⁰ Martins Junior, op. cit., p. 29.

²¹ Ibid., p. 61.

Na sua concepção fundamente organicista da sociedade — que fala em aparelhos, órgãos e funções nutritivas, distributivas e reguladoras —, uma verdadeira biologia do organismo social, a evolução se dá da homogeneidade à heterogeneidade. Mas as etapas não podem ser apressadas por reformas bruscas ou por revoluções.

Dessa forma escalona ele as duas etapas da evolução social sob a pressão da sobrevivência do mais forte e da seleção natural: do regime militar ao industrial. No primeiro, onde predomina o poder do Estado, mais conta a defesa da nação do que a dos indivíduos. No estágio avançado, sobressai-se a atividade livre e independente, a cooperação e a divisão do trabalho. Supõe, inclusive, no futuro, a existência de uma federação pacífica dos povos pelo desenvolvimento do espírito altruístico. Tais convicções fizeram de Spencer um paladino do liberalismo político e econômico, que teve grande difusão nos Estados Unidos.

4.2 Anticlericalismo e Ateísmo: “a ciência eliminou Deus”

Em contraste com as representações figuradas do imperador velho, doente e “de miolo mole”²² se alça aquela outra da Liberdade, da Civilização ou do Progresso: bela jovem em vestes diáfanas tendo, freqüentemente, a cabeça ornada pelo barrete frígio. Oposição entre o velho e o novo; as trevas da caduquice e a luz da razão; a máscula segurança de uma paz decrépita e a feminina aventura de um claro futuro; o imperador esborrachado no chão e a deusa altaneira, sempre muito ereta, apontando para o alto.

No livro inaugural de Raimundo Correia, *Primeiros Sonhos* — escrito em 1879 e de teor ainda romântico — os críticos se perguntam o que exatamente o bardo quis dizer com seu poema “A Idéia Nova”, pois que não a define:

O cérebro febril da ardente juventude
É um vulcão também — a luz da Nova Idéia
Há de romper de lá em súbita explosão!²³

²² *Revista Ilustrada* de 18 de março de 1889.

²³ Só com a freqüência à Faculdade de Direito de São Paulo, a partir de 1878, é que Raimundo Correia entrará em contato com as novas correntes filosóficas, políticas e literárias, às quais irá aderir irrestritamente. O trecho citado está em *Poesia Completa e Prosa*, p. 92.

Desde já, fiquemos com quatro indicações: 1) o órgão de inspiração poética é agora o cérebro (e não mais o coração); 2) à “idéia nova” se liga a sensação de velocidade (rompimento súbito); 3) a “idéia nova” rompe “de lá”, ou seja, apoia-se sobre algo que está longe (especialmente?); 4) a explosão é luz e fogo, que destrói, mas ilumina. Do cérebro, portanto, passa a vir a inspiração e a luz, ou melhor, do cérebro brota a luz (da razão, da ciência), que é a inspiração. Luz e fogo se associam em múltiplas combinações como nesta, dentre muitas outras, de Lúcio de Mendonça:

E o seu verbo incendiário [o de Jesus Cristo]
 Propagou-se ... — Liberdade!
 Fraternidade! Igualdade!
 É a revolução da luz!²⁴

Ciência significava, também, e como vimos, a compreensão positiva da sociedade e do Estado com a inovação do reconhecimento da historicidade deles. Isto, ao nível da experiência nacional, significava dizer, desde logo, que as explicações teológicas eram mistificações próprias da infância da humanidade, que as crenças religiosas haviam embotado o espírito, cegando a razão, que agora, livre dessas vendas, podia, enfim, ver claro. Àquela cegueira chamavam “fanatismo” ou “velho preconceito”, termos que enfatizam a falta ou a obliteração da razão. As imagens de Teófilo Dias são fortes:

A força, que ao porvir o Grande-Ser conduz,
 A implacável ciência, a eterna deicida,
 Vertendo nova seiva à árvore da vida,
 Arrancou-lhe a raiz de onde surgiste, oh cruz!
 (...)
 O pensamento audaz, esquadrinhando os mundos,
 Calcinou, sulco a sulco os germens infecundos
 Da divina semente, estéril e vazia.
 (...)
 — Já não existe um Deus (...) ²⁵

A dicotomia escuridão-luz é recurso freqüente da oratória e da literatura. Num outro poema, diz o mesmo Teófilo Dias: “Avulta mais e mais a sombra do teu cetro,/ À medida que aumenta a luz da Consciência”.²⁶ Em versos (dedicados a Silva Jardim), declama Lúcio de Mendonça: “Assim te sonho, ó terra dos meus

²⁴ Lúcio de Mendonça, “Vozes do Século” in *Vergastas*. Poema de 1874.

²⁵ Teófilo Dias, “A Cruz” (dedicado a Júlio de Castilhos) in *Fanfarras*.

²⁶ Lúcio de Mendonça, “À Sombra da Cetro” in op. cit.

pais, / Desafrentada desta noite escura, / Gigante alegre ao sol dos ideais”²⁷. Ou, já em 1889, quando a “hora se aproxima”: “Em pávido refluxo, a noite vai-se embora / Ante a enchente de luz que o espaço todo invade”²⁸.

A idéia é de que o “velho preconceito” valera-se historicamente das monarquias para manter os povos na ignorância, embrutecidos pelos padres, que se locupletaram sob o manto dos reis. Mas esse triste quadro estava com os dias contados porque sobre ele se abateria a força aniquiladora do fogo, o ímpeto da História:

Enquanto do Futuro o archote incendiário
 Não vem incinerar os báculos e os cetos;
 E repelir não vem o lôbrego cenário
 Trono e Igreja — estes dois pavorosos espectros;
 Enquanto, em chusma, os reis e os padres foragidos,
 (...)
 Não vão em debandada
 (...)
 Surdos pelo clamor da multidão odienta,
 Como uma nuvem grossa e densa de morcegos [os padres],
 (...)
 Estás no teu direito [enquanto o “velho preconceito não desaparecer],
 Ó Fanatismo! E estás no teu direito, ó trono!
 E, ambos continuais o férreo jugo a impor
 Enquanto ele não chega, esse rubro, espantoso
 E formidável Dia
 (...) A Lei, a sempre reta, a sempre inexorável
 A todos olivela [sic]!
 Mas quando foi que a Lei a ti se referiu?
 Ó déspota execrável!
 (...)
 A ti, que és das nações, o látego, o vexame,
 O escárneo, o desafio?
 A ti, régio truão?!
 (...)
 E delas [das leis] são isentos
 Os bichos e os monarcas!²⁹

A mesma imagem repete-se de outras formas. Quando a França expulsou os jesuítas e o Império brasileiro os acolheu, a *Revista Ilustrada* desenhou a chegada deles como uma revoada horrenda de morcegos. Outras vezes, no mesmo periódico, os pais são advertidos contra a “peste negra” que o contato com os padres inocula e “envenena o espírito” dos seus filhos e mulheres: “Quanto aos pais de família imbecis, que deixam arrancar do lar doméstico mulher e filhas,

²⁷ Lúcio de Mendonça, “Revolução” in op. cit.

²⁸ Lúcio de Mendonça, “À Mocidade Militar” in op. cit.

²⁹ Raimundo Correia, “Os Dois Espectros” in op. cit., 1883.

para perderem o seu tempo nas igrejas e viciarem o seu espírito com práticas absurdas e maus conselhos desses inimigos da humanidade (...)”. O clero também aparece representado na forma de gatos que chegam de mansinho, mas logo se revelam perigosas panteras; ou ainda em atitudes lúbricas com as índias, ou então sequiosos por dinheiro, mas sempre a pregar o “fanatismo”, que transforma o acólito em asnos. O recurso ao zoomorfismo é um expediente fácil de divulgação de idéias que a *Revista* utiliza freqüentemente. Quando da discussão sobre a conversão das propriedades da igreja em apólices, em abril de 1884, o letrado da ilustração de um alto clérigo com cara de burro é : “Queixar-se ao bispo é o mesmo que queixar-se a um irracional”.³⁰

Certamente de grande penetração popular para o descredenciamento social da Igreja, eram as sátiras burlescas dos “carros de crítica”, que sempre compunham os préstitos carnavalescos. A *Revista* reproduz um deles: uma caricata procissão de padres no carnaval de Niterói de 1884 (fig. 6)³¹.



fig. 6

A rapaziada niteroiense, desta vez, deu uma procissão carnavalesca, com o fim de criticar os escandalosos e burlescos praticados do conego Brito, que desercaminhou religiosamente, de lar domestico para o lar fanatico, grande quantidade de senhoas e dozeellas.

Atos Damasceno registra um desses carros — o da “Sociedade dos Venezianos” — no carnaval de 1875 de Porto Alegre. À frente dele ia um batedor que distribuía uma “profissão de fé” do grupo, onde se lia: “Eles não crêem no poder do Papa / Nem dos padrecos — jesuítas vis (...) / Eles não crêem nas visões dantescas (...) / Nem na mais negra excomunhão atroz”³².

Num poema de Lúcio de Mendonça, a figura veneranda de um padre, sempre a rezar, é visualizada numa viagem de trem. Mas, ao sair às pressas, “cailhe da batina — um saca-rolhas”³³.

³⁰ *Revista Ilustrada*, 3 de julho de 1880; 27 de janeiro 1884; 19 de julho 1880; 9 de abril 1881; 27 de abril 1884.

³¹ In *Revista Ilustrada* de 29 de fevereiro de 1884.

³² Apud Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, vol. 4, p. 320.

³³ Lúcio de Mendonça, “No Trem de Ferro” in op.cit.

A recepção pela monarquia brasileira dos jesuítas expulsos pela “França republicana” e pela “Bélgica liberal” é também objeto de opróbio para Lúcio. Em 5 de agosto de 1883, reclama ele da “extorsão” que representava o subsídio à Igreja Católica, do “fanatismo religioso da herdeira presuntiva da Coroa”, do “vício arraigado de carolice” da província de Minas Gerais, explicando que tal “fanatismo” é o “inimigo do adiantamento humano”. E completa: “Se nos dói amargamente, se nos acende indignada cólera, ver o cérebro nacional comprimido pela coroa monárquica, enoja-nos vê-lo coberto de sombra e de ridículo pelas abas negras do chapéu de Basílio.”³⁴

A explicação sobre a relação trono-altar é bem clara para Francisco Cunha³⁵. Referindo-se à encíclica *Syllabus*, escreveu este jornalista gaúcho que a religião servia para manter a obediência dos pobres e “alimentar o sentimento de inferioridade e serviência das massas”. Por isso, os governos monárquicos se valiam da religião como “auxiliar indispensável contra as idéias de progresso e liberdade”³⁶. Em artigo anterior, esclarecera ele: “Não foi difícil ao governo papal fazer compreender aos governos das monarquias católicas a solidariedade de interesses que os unia”. E explica a razão dessa solidariedade: assustadas as realezas com os movimentos de 1848, precisaram elas “de um outro tipo de força para avassalar os ânimos”³⁷. Para ele, “o catolicismo sustenta um páreo impossível com a civilização”³⁸.

Alguns dos membros da Geração 70 se declaravam abertamente ateus, como foi o caso de Medeiros e Albuquerque ou Fontoura Xavier, por exemplo. Em suas memórias, relata aquele como, ainda estudante, aprendeu em Lisboa as “idéias novas” e assim se posiciona: “Mais tarde, quando cheguei ao meu firme, ao meu sólido, ao meu inabalável ateísmo (...)”³⁹. No prólogo às *Cartas Sertanejas* (1885), Júlio Ribeiro, já famoso por sua *Gramática*, confessa: “(...) não

³⁴ Lúcio de Mendonça, *A Caminho*, p. 251.

³⁵ Francisco Xavier Cunha, nascido no Rio Grande do Sul, começou sua atuação política no jornal *O Mercantil*, órgão do Partido Liberal gaúcho. Largou-o para combater na Guerra do Paraguai. Conheceu Quintino Bocaiúva quando da viagem deste pelas cidades platinas. Sob essa influência, fez-se republicano e nessa condição fez propaganda na imprensa de Porto Alegre. Quando Quintino comprou, em 1872, o jornal *A República*, que com ele deixa de ser órgão do Partido Republicano, convidou Francisco Cunha para assumir a redação desse periódico. Foi sob a sua direção que o jornal sofreu o atentado de 1873. *A República* fechou em 1874.

³⁶ Francisco X. Cunha, “A Luta Eclesiástica” in *Propaganda contra o Império. Reminiscências na Imprensa e na Diplomacia. 1870 a 1910*, p. 567.

³⁷ Francisco Cunha, “A Obra do Fanatismo” in op. cit., p. 565.

³⁸ Francisco Cunha, “O Púlpito Católico” in op. cit., p. 357.

³⁹ Medeiros e Albuquerque, *Quando Eu Era Vivo*, p. 36.

tenho religião e não tenho partido. Sou ateu e sou republicano intransigente.” Em *A Conquista*, Coelho Neto diz que Fortunato, personagem que representa o poeta Guimarães Passos, se declara ateu⁴⁰. A avó da heroína de um romance de Aluísio Azevedo, reclama: “Meu caro senhor Mundico, hoje em dia já não se acredita em coisa alguma!... (...) Isto vai, mas, é tudo caminhando para uma república!”⁴¹

O agnosticismo e o anticlericalismo foram características do pensamento da Geração 70. Até os que se mantiveram católicos, como Lúcio de Mendonça, acreditavam como nefasta e retardatária do progresso a ação dos padres: “Blasfemavas feroz contra o Progresso:/ Que foi 93? foi um possesso,/ Crivado de pecados;/ A Liberdade, um sonho sedicioso;/ A Ciência, uma cínica atrevida (...)”⁴². Ou ainda neste outro poema com o mesmo tema:

Nossa palavra [da Igreja], hostil ao século que passa,
 (...)
 Matando o germe todo útil e bom que nasça;
 (...)
 Padres, havemos de ter uns motes muito sábios:
 — Ordem, Religião, Família, Propriedade
 (...)
 O ideal da nação, governada e servil
 (...)
 Cadeia com Rousseau! Voltaire para o canil!
 (...)
 Ao ouvido à mulher falar baixinho vamos.⁴³

Mesmo um Joaquim Nabuco, em 1869, não via entrave possível ao glorioso assentamento definitivo da liberdade e da democracia, apanágios do século XIX: “Que importa que Roma (...) tenha na boca a mordaca da sotaina?”⁴⁴. Rui Barbosa fez a tradução de *O Papa e o Concílio*. Parodiando Guerra Junqueiro, Valentim Magalhães escreveu *A Velhice da Madre Eterna*. Com Martins Junior, Clóvis Bevilacqua traduziu o livro de Jules Soury, *Jesus e os Evangelhos*, que dava uma explicação naturalista à pregação de Cristo: obra de um fanático como decorrência de uma doença nervosa. Aníbal Falcão⁴⁵ provocou celeuma com a

⁴⁰ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 181.

⁴¹ Aluísio Azevedo, *O Mulato*, p. 119.

⁴² Lúcio de Mendonça, “À um Púlpito Quebrado” (dedicado a Ângelo Agostini) in *Vergastas*.

⁴³ Lúcio de Mendonça, “Ad Majorem Dei Gloriam” in op. cit

⁴⁴ “O Povo e o Trono” in Leonardo Silva (org), *Nabuco e a República*, p. 8.

⁴⁵ Aníbal Falcão (1859-1900) pertenceu, como vimos, ao ativo grupo pernambucano que difundiu e lutou pelo abolicionismo, a república e pelas novas idéias, especialmente o positivismo. Ainda estudante, publicou um jornal muito popular, *O Diabo a Quatro*. Fundou um centro abolicionista na capital pernambucana em 1884. Vindo tentar a sorte na Corte, tornou-se o principal elo entre o grupo de Recife e os ativistas fluminenses. Redigiu o manifesto de fundação do Partido

publicação de uma novela anticatólica na *Revista Brasileira*. Duarte José de Melo Pitada deu sua versão de os *Amores de Pio IX por um Camarista do Papa. O Mulato*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1881, recebeu acirradas críticas da Igreja pelo seu anticlericalismo⁴⁶.

Junto ao abolicionismo, a campanha anticlerical é o outro mote da *Revista Ilustrada*. Na sua “Crônica Fluminense” de 23 de abril de 1881, valendo-se da sátira, revela suas convicções: “(...) nem creio na mácula universal, só porque D. Eva se deixou tentar pela serpente. (...) condenados a cozinhar como um pato no grande forno das chamas eternas”.

Polêmica mais séria, com um dos lados valendo-se de argumentos científicos, se deu entre Lauro Sodré⁴⁷ e o bispo Macedo Costa (1881)⁴⁸, tendo cada um como trincheira, respectivamente, os jornais *A Província do Pará* e *Boa Nova*, o órgão ultramontano de Belém. A sustentação positivista e evolucionista

Republicano de Pernambuco que, em maio de 1889, acompanhou a opção revolucionária de Silva Jardim contra a orientação evolucionista da direção nacional de Quintino Bocaiúva. De sua produção intelectual destaca-se o opúsculo *A Fórmula da Civilização Brasileira* (1883), no qual faz uma original interpretação da formação da nacionalidade brasileira à luz das teses positivistas, colocando a Guerra Holandesa como o seu marco fundador. Fazendo tanto do processo de colonização como da miscigenação instrumentos igualmente fundamentais na construção da nação, entende-a como um resultado sincrético de raças que optaram pela orientação ibérica de civilização. Foi um ativo elemento da propaganda republicana revolucionária no Rio de Janeiro, ao lado de Silva Jardim. Com este e mais José do Patrocínio — além de grande parte da roda dos boêmios — liderou os populares que se dirigiram à Câmara Municipal do Rio de Janeiro para oficializar a Proclamação da República na tarde de 15 de novembro de 1889.

⁴⁶ Essas informações estão em Wilson Martins, op.cit.

⁴⁷ Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944) foi figura de proa na movimentação da mocidade militar no período da propaganda republicana. Nasceu em Belém e cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro entre 1876 e 1884. Discípulo de Benjamin Constant, positivista e maçom — vindo a substituir Quintino Bocaiúva como grão-mestre da Loja —, tornou-se ardoroso republicano desde os 19 anos. No Pará, participou das campanhas abolicionista e republicana tendo ajudado a criar o Clube Republicano do Pará. Proclamada a República, foi deputado constituinte de 1890-1891 e governador do Pará. Como tal, foi o único chefe de executivo estadual a não apoiar o golpe de Deodoro em 1891. Foi ainda senador pelo Pará e pelo Distrito Federal e até mesmo candidato a presidente da república. Na Revolta da Vacina chefiou a rebelião dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha pelo o que foi preso. Atingiu ao generalato. A sua obra compõe-se de: *A Idéia Republicana no Pará* (1890), *Palavras e Atos* (1896) e *Crenças e Opiniões* (1896).

⁴⁸ Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891) nasceu em Maragogipe na Província da Bahia e faleceu em Barbacena, Minas Gerais. Começou os estudos no seminário de Salvador, mas veio a concluí-lo na França, sendo ordenado padre em 1855. Em seguida, partiu para Roma onde doutorou-se em Direito Canônico. Foi nomeado bispo do Pará quando regressou ao Brasil, em 1860. Participou, como figura central, da chamada “Questão Religiosa” de 1873 a 1875, quando foi condenado a quatro anos de prisão, decisão logo desconsiderada. Publicou inúmeras pastorais e alguns trabalhos históricos, dentre os quais: *A Resistência dos Bispos, As Suspensões Extrajudiciais e os Recursos à Coroa* (1866), *A Maçonaria em Oposição à Moral, à Igreja e ao Estado* (1873), *Direito contra Direito* (1874), *O Amazonas e os Meios de Desenvolver sua Civilização* (1883), *A Questão Religiosa Perante a Santa Sé* (1886). Teve renome e brilho como polemista, mas principalmente como orador sacro.

de Lauro é a mesma de toda a intelectualidade da Geração 70 e membros dela não faltavam no Pará, na época, como foi maior exemplo José Veríssimo.

O acirrado debate na imprensa diária, vazado em linguagem agressiva e duelística, como era do gosto polemista da época, assumia, não raras vezes, um tom grosseiro do qual se valia mesmo o periódico católico. Para amesquinhar o adversário redige-se ali insultos como esse: “Mas ninguém o obriga a empestar o próximo com o fedor do vírus purulento que lhe empeçonha o coração.”⁴⁹

Mas que vírus era esse que ameaçava contaminar a sociedade brasileira? Por que era preciso impedir que o espírito se fragilizasse dando chances de intromissão a esse agente **externo**? Por que negar ao articulista o que lhe era caro, localizando o mal peçonhento no seu coração, quando antes entendia ele que só pela razão era guiado?

O argumento central de Lauro — como de toda a sua geração — era composto no princípio científico da evolução do homem, segundo o qual ultrapassada estava já, para a humanidade, a fase teológica e metafísica da História, pelo o que tece comentários tais como: “Temos pelo catolicismo e pelas entidades que o representam, o mesmo religioso respeito que tem o arqueólogo pelos restos da civilização antiga escavados de sob montões de ruínas”. Só caberia ao catolicismo, no seu entender, “desaparecer do plano social por inútil e imprestável”⁵⁰. É por isso que assim como Teófilo Dias, antes citado, também o nosso jovem militar proclama: “A ciência eliminou Deus”⁵¹. O que advogavam os “cientificistas” é que ao homem só era dado conhecer o mundo da empiria, como vimos Lauro responder ao bispo Dom Antônio de Macedo Costa.

As narrativas bíblicas, como histórias infantis, não suportavam o crivo das novas descobertas. Entende o jovem militar que “na falta de argumentos recorreis aos doestos e às injúrias. Nós não costumamos argumentar assim.”⁵² Mas sua reclamação mais forte, como em tantos outros membros da sua geração, é quanto à estratégia católica de ofender os cientistas, as suas teorias, os seus princípios políticos e os fatos históricos que lhe eram caros, sustentados nas advertências de Pio IX que, na encíclica *Syllabus*, condenou os excessos do naturalismo, do racionalismo e os perigos das teorias modernas. Vejamos esse exemplo:

⁴⁹ Lauro Sodré, *Crenças e Opiniões*, p. 248.

⁵⁰ Apud Wilson Martins, op. cit., p. 227.

⁵¹ Ibid., p. 126.

⁵² Lauro Sodré, op. cit., p. 126.

O vosso mito do paraíso desfez-se assim. Quisestes ser uns entes à parte, feitos à imagem de Deus. E vos decorastes com o título pomposo de rei da criação. (...). A ciência provou o vazio de vossas pretensões e a nulidade de vossas crenças. Atacaram-vos pela biologia e pela psicologia. Obrigaram-vos a capitular. O transformismo tentou decifrar o vosso passado e provar a vossa origem. Amaldiçoastes Lamarck e maldissestes Darwin e Haeckel. E viveis a sonhar com a blasfêmia e o insulto da ciência. Não quereis, por modo nenhum, que entre os vossos longínquos ascendentes figurem parentes do gorila e do chimpanzé.⁵³

O verbo “blasfemar” é por eles usado em situações para nós inusitadas: é a Igreja que blasfema contra a ciência. A ocorrência é interessante posto que não há discrepância semântica. Caldas Aulete assim define a blasfêmia: “Palavras que ultrajam a divindade, a religião. // (Por exag.) Palavras ofensivas e insultantes contra uma pessoa ou um objeto digno de respeito. Proposição absurda, contra-senso⁵⁴”. No exagero da aplicação do termo temos um índice especialíssimo do lugar ocupado pela ciência naquela geração: é objeto de culto, de respeito quase divino, pelo o que sua não adoração revela-se um contra-senso.

Também na polêmica aparece outro dado recorrente das inquietações da intelectualidade, qual seja, a “influência deletéria” — como diz Lauro — da Igreja, através da enorme receptividade que os padres tinham junto às crianças e às mulheres. Nisto viam um dos grandes obstáculos ao progresso nacional. Reclama o militar:

Pesais de um modo lamentável sobre a educação da mocidade, e influís assim desgraçadamente sobre o futuro.

Tendes o lar doméstico, tendes o púlpito e tendes o confessorário! É uma campanha terrível. Protege-vos a hereditariedade, que fixa as crenças do passado. Há de ser o resultado de uma luta terrível o arrancar essas ervas daninhas enraizadas na consciência. Sois o culpado da anarquia que avassala a sociedade hodierna. Incapazes de orientá-la servís para obstruir-lhe a marcha. Sois um vento tempestuoso. (...) Sois hoje uma coisa inútil, perfeitamente inútil. Explorais a ignorância. E é fértil a vossa colheita. Tendes as vossas velhas superstições.⁵⁵

Essa tradicional ascendência sobre a sociedade serve de argumento para a *Boa Nova*: “A Igreja, que saiu triunfante de combates tão formidáveis, há de esmagar com muito mais facilidade essas ondas de positivismo que ora se insurgem contra o seu rochedo.⁵⁶”

⁵³ Ibid., p. 80-81.

⁵⁴ J. F. Caldas Aulete, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, vol. I.

⁵⁵ Lauro Sodré, op. cit., p. 102.

⁵⁶ Apud ibid., p. 145.

Numa tentativa de mostrar a superioridade dos argumentos positivistas, quis Lauro Sodré contrastá-los com a forma nada científica de defesa da Igreja: “Quero vulgarizar o vosso modo de argumentação”. Mas, aí, talvez a vantagem tenha ficado com o lado religioso, pelo menos para os leitores menos ilustrados e sempre mais afeitos à linguagem romântica. As armas mais tradicionais da Igreja podiam ser tecidas de material menos duro, a palavra, pela qual fez fama de grande orador D. Macedo Costa. Senão vejamos:

Com efeito, quando em noite serena, vamos sulcando as águas mansas dos nossos rios, e nos pomos a olhar para a imensa abóbada dos céus, e lá vemos aquelas nebulosas, aquelas constelações, aqueles planetas e seus satélites, aquela infinidade de mundos a refulgirem, cada qual mais brilhante, e descrevendo com exatidão geométrica suas harmoniosas órbitas, nos espaços sem limites, sentimos a nossa alma toda embevecer-se na contemplação de tão magnífico espetáculo. Ao contemplarmos, ao admirarmos tanta estupenda maravilha, uma comoção a um tempo forte e deliciosa nos abala até o íntimo, nos transporta e por um movimento espontâneo, por um impulso natural do nosso coração, somos levados a reconhecer que essa formosa obra teve um autor, que esse autor é deus!⁵⁷”

Contra tal lirismo, se enraivece o positivista: “Convençei-vos: não há lugar para essa linguagem vã no terreno em que hoje se discute. De nada valem os vossos palavrões e os vossos anátemas. Descei ao terreno seguro da experiência.”⁵⁸

Lauro elogia o ímpeto de perpetuação da Igreja, mas não duvida da vitória final da ciência: “Faço-vos justiça nessa causa. Lutastes como gigantes. Mas tivestes de curvar a cerviz ao espírito do século. Abateram-vos, humilharam-vos.”⁵⁹”

4.3 Anti-Romantismo: “uma atitude geral diante da vida”

Distinguiu-se a década de 1880 pela grande atividade da inteligência: os jornais se multiplicaram e ampliaram seu público; a *Revista Ilustrada* bateu um recorde latino-americano com 4000 assinaturas; conferências abolicionista e republicanas enchiam auditórios entusiasmados; a mocidade militar participava ativamente dos debates nacionais; polêmicas literárias ou teóricas disputavam mentes apaixonadas. Tudo foi submetido à crítica que, vivendo seu momento

⁵⁷ Ibid., p. 89-90.

⁵⁸ Ibid., p. 90.

⁵⁹ Ibid., p. 103.

maior, ganhou foros de gênero literário. As instituições perderam sua sacralidade e se tornaram objeto de debates e até de chacotas.

Em 1881, apareceram *O Mulato* de Aluísio Azevedo, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis, *Visões de Hoje* de Martins Junior e o poema *Idílios Modernos* de João Ribeiro. Em 1888, saíram do prelo *Poesias* de Olavo Bilac, *A Carne* de Júlio Ribeiro, *O Ateneu* de Raul Pompéia e *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero. Uma parte dessas obras já ganhara antes espaço nos jornais sob a forma de folhetins ou artigos⁶⁰.

Nessa batida, a produção literária ampliou-se significativamente e diversificou-se, incorporando a mentalidade cientificista — a “idéia nova”. Lúcia Miguel Pereira registra o efeito dessa inovação: “Patenteadas as suas raízes filosóficas e sociológicas, a literatura como que ganhou o respeito dos outros e a consciência do seu valor. E não só isso, como também a maior repercussão do que escreviam animava os escritores.”⁶¹ Em *Casa de Pensão* (1884), Aluísio Azevedo revela esse novo ambiente, criando esse diálogo entre dois dos pensionistas:

Amélia afetou um sobressaltinho, e olhou para ele que, procurando disfarçar o mal efeito de sua proposição, citou Le Bon.
— O doutor então acha que o histerismo se pode curar com o casamento? ... perguntou Lúcia da direita.
— Parece, minha senhora, a dar crédito aos fisiologistas ...⁶²

Clamores foram levantados contra o subjetivismo excessivo, as idealizações descoladas da realidade, a pieguice lacrimosa, o indianismo. Proclamou-se, em oposição, a superioridade do retrato fiel da sociedade — prevalentemente, a urbana —, dos costumes, das situações, das vivências humanas, descritas com verdade e imparcialidade. Tão diferentes quanto ao valor literário e ao alcance de suas inovações, as duas grande obras de 1881 — *Brás Cubas* e *O Mulato* — trazem “um traço comum: em ambos triunfava a observação”⁶³.

⁶⁰ Também em 1888 vieram à público outras obras de menor repercussão, que se queriam vazadas sob os cânones naturalistas: *O Missionário* de Inglês de Sousa; *Cenas da Vida Amazônica* de José Veríssimo; *O Cromo* de Horácio de Carvalho; *Hortênsia* de Marques Carvalho e *O Lar* de Pardal Mallet.

⁶¹ Lúcia Miguel-Pereira, *Prosa de Ficção (1870-1930)*, p. 57.

⁶² Aluísio Azevedo, *Casa de Pensão*, p. 113.

⁶³ Lúcia Miguel-Pereira, op. cit., p. 55.

Não podemos deixar de transcrever um texto de Clóvis Bevilacqua, discípulo de Tobias Barreto, onde fica patente o peso científico que a Geração 70 imprimia à tese do escalonamento evolutivo da história e a forma de sua aplicação ao caso brasileiro. Em *Vigílias Literárias* (1882), explicou ele:

(...) representou [o romantismo], no campo da imaginação, o que a monarquia constitucional representou na política ou, com mais propriedade, o que representa a metafísica na ordem filosófica, — uma fase transitória, exercendo sobre os espíritos uma ação negativa indispensável para o aplainamento do terreno.⁶⁴

No prólogo a *Cantos do Fim do Século* (1879), Silvio Romero — “a mais alta expressão do Cientificismo do Século XIX, no Brasil”⁶⁵ — diz que a nova intuição literária “será o resultado do espírito geral da *crítica* contemporânea”, que o romantismo já “era um cadáver, e pouco respeitado” e propõe a adesão às idéias do século “para elevar o belo com os lampejos da verdade, para ter a certeza dos problemas além das miragens da ilusão”⁶⁶. A bandeira desfraldada era, pois, a da verdade contra a falsificação alienante. Mesmo o padre Sena Freitas que levantou polêmica contra os romances naturalistas de Júlio Ribeiro e Aluísio Azevedo reclamava não de uma estética da verdade objetiva, o que pedia era uma “seleção criteriosa do que pode ser apreendido pela arte.”⁶⁷

∴

O deslumbramento com as novas filosofias chegou a produzir entre nós a excrescência de uma “poesia científica” — da qual já vimos alguns exemplares nesse capítulo — que, didaticamente, pretendia converter e educar um acólito para o novo mundo que se inaugurava. Silvio Romero, um dos seus adeptos, chamou essa escola de “conceitualismo filosófico”. Nas “Linhas Explicativas” às *Visões de Hoje*, Martins Junior repele qualquer didatismo ao estilo da “ciência metrificada de Mme Ackerman na França”. Diz que pretende, com sentimentos modernos e inspirado num tempo científico, enunciar verdades gerais e não “tratadizar”. Mas não é essa a opinião de José Veríssimo:

Nasceu [sob o influxo de Tobias Barreto] o propósito dessa coisa híbrida e desarrazoada que apelidaram de poesia científica. Não deu aliás senão frutos

⁶⁴ Apud Wilson Martins, op. cit., vol. 4, p. 142.

⁶⁵ Brito Broca, *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas. Vida literária do realismo ao modernismo*, p. 96.

⁶⁶ Silvio Romero, *Cantos do Fim do Século*, p. XII e XXII.

⁶⁷ Brito Broca, “Aluísio Azevedo e o Padre Freitas” in op. cit., p. 113.

pecos ou gorados ainda em flor. Poesia científica é incongruência manifesta. (...) o que foi a nossa 'poesia científica', uma aberração de pseudo poetas e pseudo cientistas, um efeito da moda ou uma ocasião de oratória (...). Limitando-se os nossos poetas científicos a versejar noções, princípios, conhecimentos científicos, e mais nomes do que coisas, resvalaram à poesia didática de ridícula memória.⁶⁸

Ao tratar da poesia contemporânea em *Filocrítica*, Artur Orlando — que chegou a disputar com Sílvio Romero, em certo momento, o pioneirismo da revisão crítica — revela o sentido pedagógico daquela lírica, expresso no desejo de interferir no imaginário, modificando a realidade: “Trata-se, pois, não somente de reformar a Constituição política, de eliminar o trabalho escravo, de acabar com a prepotência dos oligarcas, mas sobretudo de desenvolver o poder mental do homem.”⁶⁹ O livro de Martins Junior teve duas edições na década de 1880, pois que “houve quem tomasse a sério estas infantilidades”⁷⁰, para espanto de Veríssimo.

Sem dúvida que a sério, e mais do que isso, por missionários, se tomavam aqueles poetas. Os próprios títulos das obras de Martins Junior são testemunhos do seu proselitismo: *Visões de Hoje* (1881, 1886); *Poesia Científica, Escorço de um Livro do Futuro* (1883), *Estilhaços* (1885). Na 2ª edição de *Visões de Hoje*, aquele autor se refere à missão cívica e pedagógica da poesia: inserir o país na civilização moderna. Diz ele claramente ali que a poesia devia estar a serviço da História, o que significava dizer, das leis da evolução. Debalde, segundo Wilson Martins, para quem *Visões de Hoje* influíram tão pouco na formação de uma ideologia republicana quanto o cientificismo para uma mentalidade científica e o anti-romantismo “para a implantação homogênea e permanente da literatura realista”⁷¹. Em todo caso, nesses poemas nossos ouvidos ainda captam um timbre hugoano, o que revela a força do romantismo, muito embora eivado da “idéia nova”.

Igualmente sob o influxo de Vítor Hugo e do cientificismo se fez aqui uma poesia social, iconoclasta das instituições sagradas: a monarquia, a Igreja, o escravismo, a propriedade. Tem ela um tom republicano e democrático. Nela se distinguiram Lúcio de Mendonça, Teófilo Dias, Raimundo Correia, Fontoura Xavier, Medeiros e Albuquerque, Augusto Lima. Nesse capítulo já nos

⁶⁸ José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, p. 365-366.

⁶⁹ Apud Wilson Martins, op. cit., p. 225.

⁷⁰ J. Veríssimo, op. cit., p. 367.

⁷¹ Wilson Martins, op. cit., p. 114.

defrontamos com alguns de seus exemplares. Pelo menos no caso de Lúcio há que se acrescentar sua admiração por Castro Alves, que parece-me também influenciar uma parte da produção de Luiz Delfino.

Ronald de Carvalho, escrevendo em 1919, reúne tais poetas como “principais representantes das derradeiras correntes literárias que precederam os primeiros albores do parnasianismo”. E assim caracteriza aquelas duas correntes poéticas:

Posta de lado a preocupação republicana, que foi um dos mais notáveis elementos da poesia modernista (...) nada se lhe encontrará de novo (...) [para] separá-la, absolutamente, da corrente hugoana de 1870. Com ela, ainda estávamos em presença de um rebento da árvore romântica, ao serviço, agora, das reformas sociais. A imperfeição e o descuido da forma, assim como a violência e o messianismo das idéias indicam, perfeitamente, a sua origem insofismável.⁷²

Valentim Magalhães reclamou dos excessos da “poesia cívica, revolucionária, ou de combate”, ridicularizando-a: “Degola a cada verso um monarca, enforca um padre ao fim de cada estrofe...”⁷³. Não vê ele razão para que D. Pedro II se torne o objeto dessa fúria:

Realmente apelidar de tirano, monstro, sardanapalo, espectro, algoz, déspota execrando, e outros que tais epítetos, a um bom monarca, barrigudo e pacato (...); que, em lugar de deitar fogo à cidade e ir tocar viola no Corcovado (...) sobe simplesmente o morro do Castelo para ver arderem as caudas dos cometas; Ah! É realmente ridículo.⁷⁴

Ao final do texto, no entanto, parece Valentim valorizar nessa vertente poética aquela que assumiu um viés revolucionário, já que se uma nunca produziu obra artística, essa outra conta com poemas verdadeiramente belos, como alguns — que nomeia — de Lúcio de Mendonça, Fontoura Xavier, Assis Brasil, Teófilo Dias e Raimundo Correia. E termina por pedir que se deixe em paz os poetas revolucionários porque têm “uma ocupação que não abala os alicerces das instituições nacionais, nem perturba o sono da polícia e que, de vez em quando, produz uma obra prima.⁷⁵” Pedido que enuncia, ao contrário, que alguma inquietação provocava essa lírica.

É preciso que se esclareça que Valentim Magalhães foi uma personalidade ímpar no universo literário da época. Apesar de suas pretensões artísticas foi mais

⁷² Ronald de Carvalho, *Pequena História da Literatura Brasileira*, p. 317.

⁷³ Valentim Magalhães, “As ‘Sinfonias’ de Raimundo Correia” in op., cit., p. 69.

⁷⁴ Ibid, ibidem.

⁷⁵ Ibid., p. 72.

um nome da vida literária do que da literatura. Dele diz Brito Broca: “Quem folheia coleções de jornais do Rio e de São Paulo, das duas últimas décadas do século passado [século XIX], encontra, a todo momento, o nome de Valentim Magalhães, não somente assinando contos, poesias, artigos dos mais diversos feitos, como envolvido em toda sorte de iniciativas de cunho literário.”⁷⁶”

Foi ele contemporâneo, como vimos, de Raimundo Correia, Teófilo Dias e de outros nomes que tiveram destaque na vida nacional, todos provenientes na Faculdade de Direito de São Paulo. Com outro colega seu da academia, Silva Jardim, escreveu, em 1879, *Idéias de Moço* e, no ano seguinte, *O General Osório*. Em *Quadros e Contos* (1882) comparecem, como amigos, o peso pesado da vida inteligente da época: Lúcio de Mendonça, Assis Brasil, Capistrano de Abreu, Aluísio Azevedo, Ezequiel Freire⁷⁷, Araripe Junior, Artur Azevedo e Machado de Assis. *Escritores e Escritos*, coletânea de artigos de crítica literária reunidos em 1889, é dedicada à: Afonso Celso Jr., Filinto de Almeida, Raimundo Correia, Lúcio de Mendonça, Silva Jardim, Urbano Duarte, Assis Brasil e Augusto de Lima.

Sua atuação no campo literário foi decisiva. No hebdomadário cultural, *A Semana*, fundado em 1885, acolhia jovens talentos e os grandes nomes das letras nacionais, como Machado de Assis⁷⁸, fato que deu origem a ciúmes e rivalidades porque em torno dele se formou uma das “panelinhas” literárias da época. Como lembra Brito Broca: “Por não ter sido bem recebido por esse grupo, ao iniciar a vida na Corte, Sílvio Romero se desforrou, atacando ferozmente Machado de Assis (...).”⁷⁹”

Em 1888 sua atividade se desdobrou na fundação de uma publicação quinzenal, ao estilo de *As Farpas* de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, com o

⁷⁶ Brito Broca, “Um animador: Valentim Magalhães” in op. cit., p. 83.

⁷⁷ Foi colaborador de Valentim na revista *Entre-Atos*. Coelho Neto conta que certa feita quis duelar com Valentim em razão de apreciações deste sobre o seu conto de estréia no Rio de Janeiro, em 1885. Entretanto, quando mais tarde foram apresentados, o romancista encantou-se com o crítico que, afinal, já lera toda a sua obra. Lembrando-se desse tempo, Coelho Neto diz que “o nome de Valentim Magalhães há de ficar como um “símbolo” pela tenaz batalha que empreendeu em prol da literatura brasileira. Chama-lhe “chefe de movimento” e “um dos obreiros do grande período literário do Brasil” (Coelho Neto, “Valentim Magalhães” in *A Bico de Pena*, pp. 304, 305 e 306, respectivamente).

⁷⁸ Dentre eles, Olavo Bilac, Júlia Lopes, Alberto de Oliveira e o cinquentão Luiz Delfino.

⁷⁹ Brito Broca in op. cit., p. 84. *A Semana* encerrou suas atividades em 1888 para voltar numa 2ª fase, de 1893 a 1896, desta vez em parceria com Max Fleuiss. Foi aí que se discutiu, primeiramente, a fundação de uma Academia Brasileira de Letras.

nome de *Notas à Margem*, enquanto que com Lúcio de Mendonça edita *O Escândalo*, onde os dois se declaram republicanos e socialistas.

∴

Ao correr da década de 1880 foram se firmando, entre nós, tardiamente, as diretrizes do *Parnasse Contemporain* de Théodore de Bainville, Baudelaire e Lecomte de Lisle e dos poetas portugueses da reação coimbrã, especialmente, Teófilo Braga, Antero de Quental e Guerra Junqueiro. Deste último, devemos assinalar a impressão causada pela audácia de seu poema *A Velhice do Padre Eterno* e de suas outras produções anti-religiosas, especialmente anti-jesuíticas, o que também não deixa de ter uma marca romântica. Sentimos seu peso em Lúcio de Mendonça, certamente.

Já em 1879, Machado de Assis alertava para o fato de que “a poesia subjetiva chegara efetivamente aos derradeiros limites da convenção” e que a nova geração, educada no cientificismo, trazia uma diversa visão do mundo⁸⁰.

A reação ao romantismo na poesia pedia um apuro na forma e maior impessoalidade na expressão lírica. Tanto aqui como em Portugal, no entanto, nunca se atingiu a imparcialidade proposta pela escola parnasiana. No período que nos cabe tratar, destacaram-se como poetas parnasianos, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac. Raimundo, reconhecido desde a primeira hora por sua excelência, é dificilmente classificável. Valentim Magalhães na avaliação crítica sobre o poeta talvez acerte em dizer que ele não é parnasiano, realista ou qualquer outra designação: é Raimundo Correia⁸¹. Alberto de Oliveira foi nosso parnasiano mais perfeito, mas foi Bilac o mais querido: com grande sucesso lançou, em 1888, pelo selo prestigiado da *Garnier*, sua primeira coletânea, *Poesias*.

No seu artigo crítico, *A Forma* — em que trata do apuro do parnasianismo francês — escrito em 1881, mas publicado em *Escritores e Escritos*, em 1889, Valentim Magalhães escalona os que dentre nós podiam receber o laurel de “descendentes da raça divina dos helenos”: Machado de Assis, Teófilo Dias, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Fontoura Xavier, Alberto Silva, Luiz Delfino, Augusto Lima, Filinto de Almeida e Lúcio de Mendonça⁸².

⁸⁰ Apud Brito Broca, op. cit., p. 356.

⁸¹ Valentim Magalhães, “As ‘Sinfonias’ de Raimundo Correia” in op. cit.

⁸² Valentim Magalhães, “A Forma” in op. cit., p. 5.

Há o caso particular de Luiz Delfino⁸³, homem já maduro quando os jovens boêmios iniciam sua lira. Vinha versejando desde a década de 1850, tendo se iniciado, portanto, nos cânones do romantismo. Chegou mesmo a compor uma longa poesia indianista: *A Epopéia Americana*. Entretanto, os poetas da década de 1880 o reconheceram como mestre, posto que passou a fazer sonetos parnasianos, alguns de forma apurada. No fim da vida, ainda tentou versos simbolistas.

Seu nome começa a ser destacado quando publica na *Revista Brasileira*, em 1879, seu poema longo, *Solemnia Verba*, de 1874, onde chora o colapso da República espanhola. A partir daí se torna colaborador da *Gazeta de Notícias* — no seu suplemento “A Estação” — e na *Gazetinha* de Artur Azevedo. Na década de 1880, abandona o tom condoreiro para buscar a pureza da forma no estilo parnasiano, quando se torna um ídolo para a mocidade poética, o que reconhece Sílvio Romero ao declarar ser ele “o chefe unanimemente eleito da escola hoje dominante no Rio de Janeiro”⁸⁴. Isso após tê-lo atacado (e a Machado de Assis), em 1882, no seu opúsculo, *O Naturalismo na Literatura*. Contava, entretanto, o poeta catarinense com a irrestrita admiração de Valentim Magalhães, Alberto de Oliveira e de outros poetas parnasianos, assim como de Luís Murat e de toda a grei de José do Patrocínio.

Num concurso promovido em 1885 pela prestigiada *A Semana*, Delfino foi eleito o terceiro maior poeta brasileiro, em seguida a Gonçalves Dias e Castro Alves, o que deu grande projeção a seu nome. Recebeu o título de “príncipe dos poetas brasileiros”. Sílvio Romero, com seu temperamento contraditório e opiniões cambiantes, dá-lhe destaque na sua *História da Literatura Brasileira*. No *Livro do Centenário* — no qual o crítico sergipano se ocupou da literatura —, vai mais além e o aponta como o maior poeta do país⁸⁵. Com avaliações mais seguras, José Veríssimo constata ser Delfino “o mais copioso poeta que já tivemos, e não raro um dos mais excelentes”⁸⁶. Como nunca publicou, em vida, nenhum livro e

⁸³ Embora citado neste, e principalmente no primeiro capítulo, não vamos tratar da obra poética de Luís Murat pois que teve ela um tom predominantemente romântico. Em 1888, por exemplo, quando Júlio Ribeiro publicava *A Carne*, aquele bardo dava á luz o seu *Ondas*, cujo aparecimento foi saudado pelos amigos em jantar de comemoração. Luís Murat interessa-nos mais como membro do grupo boêmio de José do Patrocínio e pela sua atividade política acompanhada do prestígio que gozava como jornalista.

⁸⁴ Apud Wilson Martins, op. cit., p. 142.

⁸⁵ Para a mudança de opinião de Sílvio deve ter contado o fato de que Luiz Delfino, já senador da República, defendeu, em vivo discurso, a concessão de uma pensão à viúva de Tobias Barreto.

⁸⁶ J. Veríssimo, op. cit., p. 360.

não freqüentava os círculos literários, seu nome desapareceu das antologias e histórias literárias⁸⁷.

Também Teófilo Dias, bem conceituado por seus pares e pela imprensa da época, é hoje um nome quase esquecido. Foi contemporâneo do mesmo distinto grupo da Faculdade de Direito de São Paulo. Desde logo foi reconhecido por seu parentesco ilustre, posto que, igualmente maranhense, era sobrinho de Gonçalves Dias. Embora afeito à “idéia nova”, seu timbre romântico ainda é forte, especialmente, no que tange à sonoridade hugoana, ao nacionalismo e ao feito de sua boêmia. Dele temos destacado, nessa tese, o seu livro de 1882, *Fanfarras*. Morreu em 29 de março de 1889, pouco depois de dar ao público a sua *Comédia dos Deuses* (1887).

Sua morte prematura foi talvez a causa de seu esquecimento pois não chegou à maturidade poética, o que lamentam Veríssimo e Brito Broca. Valentim Magalhães revela-nos que um crítico da época disse que Teófilo Dias ficaria célebre com seu poema *O Rio e o Vento* se este não estivesse escrito em português⁸⁸. Casou-se na família Andrada, vindo, portanto, a ser co-parente de Silva Jardim, que contraiu núpcias com a filha de Martim Francisco. Seu falecimento foi notificado no número de 6 de abril da *Revista Ilustrada* e nas *Memórias* do propagandista da república.

Outro nome de grande destaque na sociedade da época e hoje pouco lembrado é o de Lúcio de Mendonça. Como é ele muito citado nessa tese, tanto na sua produção poética, como na política e jornalística, daremos dele uma biografia mais alentada. Numa vida profícua (1854-1908), de atividade febril desde tenra idade, esteve em evidência no cenário nacional desde a década de 1870. Foi poeta, romancista, jornalista, advogado, político e ministro do Supremo. Era o irmão mais novo — do primeiro casamento da mãe — de Salvador de Mendonça.

Ainda antes de ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1871, aparecem poemas seus no jornal do irmão e de Ferreira de Menezes, *O Ipiranga*⁸⁹, e em outros de São Paulo e Minas. Participou da chamada “revolução acadêmica” contra a imediata entrada em vigor da reformulação da sistemática dos exames.

⁸⁷ Esta lacuna acaba ser preenchida por iniciativa da Academia Catarinense de Letras que, em 2001, publicou suas obras completas.

⁸⁸ Valentim Magalhães, “As ‘Sinfonias’ de Raimundo Correia” in *Escritores e Escritos*, p. 71.

⁸⁹ Nelson Werneck Sodré relata que Luís Gama quando foi trabalhar nesse jornal, em 1868, lá encontrou Lúcio ocupando o ofício de tipógrafo (*História da Imprensa no Brasil*, nota 138, p. 247)

De São Paulo, o movimento se alastrou até Recife. No Rio, liderados por Lopes Trovão e outros, os estudantes tentaram incendiar a Faculdade de Medicina. O ministro João Alfredo mandou punir os infratores, recebendo Lúcio uma suspensão de dois anos. Dirige-se, então, para a Corte e, por simpatia de chefes republicanos, entra para a redação de *A República*, jornal que reunia, então, grande nomes da época na sua sede: além dos republicanos conhecidos, como Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, também Machado de Assis e José de Alencar, dentre outros.

Em 1873, publica seu primeiro livro de versos, *Névoas Matutinas*, prefaciado por Machado de Assis e bem recebido pela crítica. Nesse mesmo ano, volta para São Paulo a fim de retomar seu curso de Direito⁹⁰. Destaca-se ali pelo fato de ter recebido três distinções consecutivas, o que, até então, nunca ocorrera naquela academia, fato que é noticiado na *Gazeta de Notícias*.

Ainda estudante, publica, em 1875, pela Garnier, *Alvoradas*, e ingressa na redação do *Província de São Paulo*. Mantém sua colaboração em *A República* e em outros jornais de Minas e São Paulo. Já formado, advoga em São Gonçalo do Sapucaí, onde também colabora — e depois dirige — o jornal *Colombo* da vizinha cidade mineira de Campanha. É nesse jornal que, na linguagem desabrida que se tornou uma de suas marcas, exerceu sua principal atividade propagandística pela República e cujos artigos reuniu, em 1905, no livro *A Caminho*.

Assis Brasil, que veio a ser um dos mais importantes teóricos do republicanismo brasileiro, quando entra para a faculdade revela à Lúcio que “seu nome ainda é guardado pela veneração de todos”⁹¹. Nas folhas do *Colombo*, publica em folhetim seu romance *O Marido da Adúltera*, editado em 1882, com o subtítulo de “crônica fluminense”⁹². Este livro causou polêmica e recebeu a atenção crítica de Urbano Duarte e Carlos de Laet.

Em 1885 passa a advogar em Valença, onde funda o Clube Republicano e de onde escreve para *A Semana* de Valentim Magalhães, que o faz membro de júri de concursos literários do jornal, junto com Machado de Assis e Luiz Delfino, entre outros. É lembrado nas dedicatórias de Urbano Duarte, Filinto de Almeida,

⁹⁰ Durante curto período dividiu um quarto de *república* com Ezequiel Freire.

⁹¹ Apud Edgar e Carlos Süssekind de Mendonça, *Lúcio de Mendonça*, p. 30.

⁹² Brito Broca lembra que Lúcio retoma um tema tratado pelo irmão em *Maraba* (1875), publicado, também, em folhetim pelo jornal *O Globo*, de Quintino Bocaiúva. Em relação à *O Marido da Adúltera* afirma que esse romance “acentua a transição não somente para o realismo como para o Naturalismo de Zola (...)” (Op. cit., p. 63).

Raimundo Correia, Valentim Magalhães e por muitos outros nomes da cultura brasileira do momento.

Realizando um desejo há tempos acalentado, enfim, em 1888, transfere-se para a Corte e junto com Valentim Magalhães — que não tem mais *A Semana* — lança a publicação de um panfleto político, *O Escândalo*, onde ambos, como já notificamos, se declaram republicanos e socialistas⁹³. Passa, também, a compor a redação de *O País* e do *Jornal do Brasil*.

Logo que chega ao Rio se faz centro de controvérsias. No dia 6 de maio de 1889, comparece ao *Teatro Pedro II*, com Quintino Bocaiúva e Ubaldino do Amaral, para assistir a um espetáculo em benefício das vítimas da febre amarela em Campinas, espetáculo que contou com a presença ilustre da princesa Isabel. Lúcio distribui pela platéia seu poema *O Pesadelo*, dedicado a Lopes Trovão, no qual grava a figura real com epítetos tais como os de “beata imbecil”, “hipócrita”, enquanto transfere para a cidade de Santos o título de “redentora”. Na tal poesia, podia-se ler versos como estes:

No paço imperial diz-se, atrás das cortinas:
Louvado seja Deus, está morta Campinas.
Aquilo era uma praga, o diabo, o coração
Do republicanismo e da revolução.
Mentis como vilões, como cães, como vós!
(...)⁹⁴

Citemos ainda, para demonstração do seu temperamento audacioso e de sua “paixão democrática”, a poesia que recita “à mocidade militar” em cerimônia na Praia Vermelha, atentando-se para a reiterada confrontação — nas poesias sociais — de luz e escuridão:

Moços, ó meus irmãos! A hora se aproxima!
Alerta nas fileiras!
(...)

Em pávido refluxo, a noite vai-se embora

⁹³ Já no prefácio de *A Caminho*, que traz artigos de 1879 a 1885 e é publicado em 1905, declarava ele que via a república “como transição para mais aperfeiçoada forma de governo”. O *Diário Popular* de São Paulo entendeu nessas palavras um arrependimento com a república. Lúcio nega tal conclusão dizendo que quer ir além do que o regime já alcançara, mas que não via nele o sistema definitivo, a “suprema concretização do ideal sociológico”. Declara, então, que sempre fora socialista (Edgar e Carlos Süßenkind, op., cit., p. 73-74). A publicação de *O Escândalo* durou pouco, mas é reaberto em 1889 como suplemento do jornal *A Rua* e em 1899 reaparece como folhetim semanal na *Gazeta da Tarde*.

⁹⁴ Lúcio de Mendonça, “O Pesadelo” in *Vergastas*.

Ante a enchente de luz que o espaço todo invade.
(...)

À honra da Nação votastes vosso braço;
Da Monarquia, não, da Pátria é que sois guarda:
 Mostrai que a nobre farda
 Não é libré do Paço!

Suscitam contra vós os cômicos uhlanos
Da Guarda Nacional... Venturosa lembrança,
Dar uma farsa em guarda à farsa de Bragança,
À realeza imbecil e aos papos de tucano.

De pé, moços! abaixo o trono! acima o povo!
Soe o hino triunfal do palácio ao casebre!
Acenda da paixão democrática a febre
O vosso altivo sangue audaz, vermelho e novo!

Ladário, o algoz dos seus, pendente de uma verga
 Fará boa figura ...
 Enquanto pela altura
O livre pavilhão se desenrole e se erga!

O governo está forte — e os ventres sossegados ...
Já do Terceiro Império as torpes gargalheiras
Vão nos estrangular os derradeiros brados ...

Agora ou nunca mais! — alerta nas fileiras!⁹⁵

Em 1889, publica *Esboços e Perfis*, uma reunião de crônicas e contos — que se esgotou e teve 2ª edição em 1902, tendo sido traduzido para o alemão em 1897 — e seu principal livro de poesias, *Vergastas*, que inclui *Alvoradas*, agora sob o título de *Musa Cívica* e seus poemas sociais que virão, mais tarde, a constituir *Visões do Abismo*, distribuído pelo jornal *O País*.⁹⁶

Nesse mesmo ano, seu irmão quis, de novo, levá-lo para os Estados Unidos, mas como Lúcio pressentisse a proximidade da República, preferiu aqui ficar⁹⁷. Também montou, em Cristina, onde ficara sua família, um Clube Republicano.

⁹⁵ Lúcio de Mendonça, “À Mocidade Militar” in op. cit.

⁹⁶ Sobre este livro escreveu Brito Broca: “Em *Vergastas*, as poesias com datas que vão de 1872 a 1882 são, na maioria, de caráter político, pregando um republicanismo feroz, o ódio aos reis e aos tiranos, a todas as forças da reação. (...) A segunda parte de *Vergastas* é constituída por ‘Visões do Abismo’, versos que Carlos Sússekind, filho do poeta, presume escritos em 1888. Aqui já o republicanismo de Lúcio se tinge de um caráter socialista e, quase diríamos, anarquista” (“A Poesia Revolucionária de Lúcio de Mendonça” in op. cit.).

⁹⁷ Na comemoração do centenário da Revolução Francesa pelo *Diário Popular* de São Paulo, Lúcio escreve: “o ano de 1889 não pode escoar-se sem que o Brasil pague à justiça social o seu tributo retardado”. (Apud Edgar e Carlos Sússekind, op. cit., p. 42)

Na República exerceu importantes cargos públicos sendo, por influência de Campos Sales, nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Manteve, entretanto, sua atividade jornalística e tornou-se um frequentador da *Revista Brasileira*, de onde, com Medeiros e Albuquerque, funda a *Academia Brasileira de Letras*, em 1896. Podemos dizer que teve contato e foi admirado por quase todos os políticos, jornalistas e literatos de destaque da sua época.

No final da vida, hemiplégico e quase cego escreve sua última carta, dirigida a Machado de Assis, dizendo-lhe que pediria que lhe lessem o *Memorial de Aires*. Morre em 1909, junto ao irmão, também cego, na casa de quem viveu seus últimos dias, a seu pedido. Sobre seu temperamento, dentre tantos testemunhos, talvez resuma-o melhor este de Afonso Celso: “Um meigo, um sentimental, um incapaz de fazer mal a alguém, pregando em prosa e em verso, sustentando em público as mais audazes doutrinas, as piores vinditas contra os propagadores do trono e do altar.”⁹⁸

∴

A estética moderna⁹⁹ científicante encontra no romance seu desaguadouro mais rico. A escola naturalista teve seus princípios elaborados por Zola numa reação ao romantismo. Críticos da época, como Araripe Junior e José Veríssimo, protestaram contra a subserviência brasileira à fórmula européia, afirmando eles que, em relação ao romantismo, a cópia, agora, fora mais acentuada. Entretanto, lendo a produção naturalista brasileira, devemos, por certo, relativizar aquelas afirmações. À parte sua curta duração — o “episódio naturalista”, como o denominou Nelson Werneck Sodré —, acrescentemos observações desse teor:

(...) nem mesmo correspondeu [a escola naturalista no Brasil] a uma rompimento pronunciado com as formulações românticas. Continuou o romantismo a sua existência, embora sob outras formas, e o próprio naturalismo não ficou imune ao filtro romântico. Como a escola a que pretendeu suceder, o naturalismo foi também mais do que um processo literário, uma atitude geral diante da vida, uma posição.¹⁰⁰

⁹⁸ Apud *ibid.*, p. 146.

⁹⁹ José Veríssimo, em famoso artigo, chama de “Modernismo” às renovações derivadas da tomada de posição da Geração 70 (Op. cit., cap. 15).

¹⁰⁰ Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, p. 381. A literatura naturalista estrito senso, êmula da escola de Zola, teve curta duração, mas produções focadas sobre a observação e descrição de agentes e aspectos da nossa cultura, como fotografias da “realidade brasileira” têm se mostrado, desde o final do século XIX, um *leitmotiv* do nosso beletismo com surtos recentes na década de 1930 e de 1970. Essa tese defende Flora Süssekind, ou seja, a de que a estética

O importante para nosso argumento é esta nova visão do homem como um produto de forças externas, onde a vontade parece não ter lugar. O fato é que a escola diminuía a intervenção do autor, exigia observação rigorosa — quiçá “científica” — da sociedade, que pretende descrever com objetividade, sem sentimentalismos e idealizações. Como foi percebido na época: o espírito crítico invadia todos os setores do pensamento.

As diretrizes naturalistas chegaram tarde ao Brasil¹⁰¹. Aqui, sofremos mais o impacto de Eça de Queirós com o seu *O Primo Basílio* (1878), cuja repercussão, entre nós, foi maior do que em Portugal, chegando-se mesmo a se notificar a existência aqui de um “basilismo”. Até Machado de Assis, homem avesso a polêmicas, entrou na discussão, reclamando não da escola em si, mas dos seus excessos. Sua crítica é sintomática da generalizada adesão às novas idéias e da impressão causada pelo livro. Disse ele: “Sigamos tranquilos a evolução mas resistamos à revolução.”¹⁰²

O pioneirismo do naturalismo no Brasil é questão que não nos interessa até porque os romances de Inglês de Souza, *O Cacauleta* (1879) e *O Coronel Sangrado* (1877) tiveram muito poucos leitores e não ousaram como *O Mulato* (1881) de Aluísio Azevedo. Entretanto, também nesse caso, não estamos diante de uma obra inteiramente enquadrável nos cânones da nova escola. Em *O Mulato*, a influência maior é de Eça e o romance apresenta muitas situações românticas. Mas inovava, no entanto, nos temas — questões racial, religiosa e social — e provocou grande celeuma nos meios intelectuais. Ficou conhecida e muito foi repetida a expressão com a qual o crítico Urbano Duarte, em *O Globo*, o anunciava: “Romancista ao norte!”.

Aluísio publicou o romance em sua terra natal, o Maranhão, onde foi asperamente criticado no jornal *A Civilização* na sua edição de 23 de julho de 1881. No prefácio à 3ª edição, pela *Garnier*, relembra o autor como aquele periódico o apresentou: “Está aí um romance realista, o primeiro pepino que brota no Brasil”. Em seguida, peja Aluísio de “audácia” e “ignorância” e como conselho

naturalista constitui o único sistema na literatura brasileira (Flora Süssekind, *Tal Brasil, Qual Romance?*).

¹⁰¹ Nelson Werneck Sodré lembra- nos, por exemplo, que *Madame Bovary* foi publicado no mesmo ano que *O Guarani*.

¹⁰² Apud B. Broca, “Quando Apareceu O Primo Basílio” in op. cit., p. 74.

recomendou-lhe que se dedicasse à lavoura. O fato é que a primeira edição do romance logo se esgotou. Revela-nos José Veríssimo:

Não obstante a sua procedência provinciana, teve *O Mulato* o mais simpático acolhimento do Rio de Janeiro e do país em geral. A novidade um pouco escandalosa que trazia, ajudada demais do cansaço da fórmula romântica, foi grata ao nosso paladar enfatiado do romanesco dos nossos novelistas, e pouco apurada para saborear as finas iguarias do *Braz Cubas*, de Machado de Assis, publicado em 1881.¹⁰³

Entretanto, para sobreviver no Rio de Janeiro, Aluísio, na década de 1880, escreveu preferencialmente, folhetins românticos para os jornais e parcerias de peças popularescas com o irmão, Artur Azevedo, o que lhe impediu de realizar seu sonho, revelado ao periódico *A Semana*: uma obra cíclica, nos moldes dos Rougon-Macquart de Zola, e que teria o título geral de *Brasileiros Antigos e Modernos* para dar um panorama do Brasil de 1820 a 1887. Mas, nesse período, publicou ainda, nos moldes naturalistas, *Casa de Pensão* (1884), baseado em caso real e que teve três edições esgotadas e *O Homem* (1887), seguindo, neste último, muito mais de perto as pegadas de Zola, para empreender, enfim, em 1890, o seu romance naturalista mais acabado, *O Cortiço*.

Trazendo à cena personagens e situações desconhecidas e escandalosas, muito diferentes dos protagonistas de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo ou mesmo de Machado de Assis, cada romance de Aluísio era aguardado com curiosidade e provocava, inevitavelmente, grande celeumas e notas nos jornais. Tal exposição garantiu para si uma situação inédita na época, como disse Brito Broca: pode ele viver só da literatura até 1896 quando foi nomeado vice-cônsul em Vigo.¹⁰⁴

Provocou escândalo ainda maior o livro de Júlio Ribeiro, *A Carne*, saído em 1888. Mais criteriosamente dentro dos padrões da escola de Zola, muito mais desabusado do que os romances de Aluísio, trazia assinatura de um nome consagrado como gramático e conhecido pelo republicanismo militante através da atividade jornalística, onde se destacaram as *Cartas Sertanejas* e *Procelárias*.¹⁰⁵

¹⁰³ J. Veríssimo, op. cit., p. 351.

¹⁰⁴ Brito Broca, “O Aparecimento de *O Cortiço*” in op. cit., p. 122.

¹⁰⁵ Júlio Ribeiro, filho de um norte-americano casado com brasileira, toma desde cedo partido pela república. As *Cartas Sertanejas* foram uma coletânea de artigos para o *Diário Mercantil* de São Paulo, escritas em 1885 e que se tornaram conhecidas por suas críticas severas ao Partido Republicano Paulista por suas posições escravistas e aproximação com os conservadores. Na Carta VIII diz ter-se declarado republicano desde 1867 e que em 1872 sustentou uma folha republicana

O romance de Júlio Ribeiro foi objeto de polêmica entre ele e o padre Sena Freitas, polêmica vazada em pretensões “científicas” de história natural e gramática, o que evidencia o fato de que, na época, só o timbre da ciência dava validade intelectual. De qualquer maneira, essa obra, sem valor literário maior, provocou grande interesse.

O sucesso dos livros naturalistas se deveu, em parte, a uma produção de segunda categoria, de finalidade meramente comercial, que explorava o atrativo pela “leitura livre”, pela “leitura para homens” ao custo da bagatela de seiscentos réis.¹⁰⁶

Seria ainda o caso de se notificar que José Veríssimo acolheu *O Ateneu* de Raul Pompéia, saído no mesmo ano de 1888, entre os romances naturalistas brasileiros.¹⁰⁷ E o caso de Machado de Assis, inclassificável, mas que desde *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) abandona o veio romântico e passa a traçar perfis e situações “realistas” da sociedade brasileira. Como lembra Lúcia Miguel Pereira foi no ambiente intelectual da década de 1880 que Machado encontrou, tardiamente, sua vocação. E afirma: “O seu universo é, em última análise, construído de acordo com o pensamento científico do século dezanove.”¹⁰⁸

Vejam os a apreciação geral sobre o naturalismo brasileiro por quem viveu seu impacto, registrando, portanto, mesmo sem o querer explicitamente, a

em Sorocaba onde não se admitia anúncios de escravos fugidos. *Procelárias* é o título de um jornal, que só contou com onze números, publicados em 1887. Ai, Júlio retoma seus ataques ao P.R.P, o que provoca reação de Quintino Bocaiuva em *O País*, onde critica o jornalista paulista que, em vez de ferir os inimigos do republicanismo, busca atingir seus companheiros. É interessante notar que após a admoestação de Quintino, *Procelárias* passa a tratar de outros assuntos, o que demonstra o prestígio, a admiração e a liderança do chefe republicano carioca. Júlio Ribeiro foi uma das personalidade contatadas por Ramalho Ortigão quando da visita deste ao Brasil, em 1887. Teófilo Braga, segundo relato de Valentim Magalhães, o tinha como o melhor gramático da língua. Já se fizera ele conhecido nas letras através do seu romance, *Padre Belchior de Pontes*.

¹⁰⁶ Informação retirada de Brito Broca, “Aluísio Azevedo e o Padre Freitas” in op. cit., p. 111-112.

¹⁰⁷ Do romance de Raul Pompéia diz Veríssimo ser “a amostra mais distinta, se não a mais perfeita, do naturalismo no Brasil” (op. cit., p. 355). O autor já era, então, conhecido do público leitor, quer por sua pertença ao notável círculo que Ferreira de Araújo reuniu na *Gazeta de Notícias*, quer pela contribuição em outros jornais. Ainda estudante do Colégio Pedro II, lançou-se na literatura com *Uma Tragédia no Amazonas*, em 1880, obra notificada por Capistrano de Abreu que logo percebeu seu talento e sua inclinação para o “romance estético e parnasiano” (apud Lúcia Miguel-Pereira, op. cit., p. 118). Escreveu ainda num periódico paulista os contos, *Microscópios*, e na *Gazeta* saiu, em 1882, seu folhetim *As Jóias da Coroa*, onde o imperador, reconhecível na pele do principal personagem, é uma figura execrável. Destacou-se por suas posições abolicionistas e republicanas.

¹⁰⁸ Lúcia Miguel-Pereira, op. cit., p. 57 e 105.

repercussão que teve o movimento no universo letrado brasileiro do final do oitocentos:

O principal demérito da receita zolista, já, sem nenhum ingrediente novo, aviada em Portugal por Eça de Queirós e agora no Brasil por Aluísio de Azevedo, era a vulgarização da arte que em si mesmo trazia. Os seus assuntos prediletos, o seu objeto, os seus temas, os seus processos, a sua estética, tudo nele estava ao alcance de toda a gente, que se deliciava com se dar ares de entender literatura discutindo de livros que traziam todas as vulgaridades da vida ordinária e se lhe compraziam na descrição minudenciosa. Foi também o que fez efêmero o naturalismo, já moribundo em França quando aqui nascia.

Não seria, porém, justo contestar-lhe o bom serviço prestado, tanto aqui como lá, às letras. Ele trouxe à nossa ficção mais justo sentimento da realidade, arte mais perfeita da sua figuração, maior interesse humano, inteligência mais clara dos fenômenos sociais e da alma individual, expressão mais apurada, em suma uma representação menos defeituosa da nossa vida, que pretendia definir.¹⁰⁹

Ora, toda essa nova produção é objeto de acirradas discussões na imprensa, revelando, outrossim, uma mudança de público e de gosto, graças à extensão da camada ilustrada do país, em decorrência da expansão econômica e educacional desde meados do século. São camadas médias da população e setores da elite marginalizada, imbuídas todas das novas idéias e ativamente participante dos debates da vida nacional. É a cultura que tomou conta da mentalidade sem que para isso fosse necessária a leitura dos grandes teóricos “para sentir, mais clara ou confusamente, que a razão dominava o sentimento, e os critérios objetivos se deviam sobrepor aos subjetivos. (...) convergem [as ficções] (...) para uma posição realista que, se nem sempre foi conseguida, representou um ideal comum (...).¹¹⁰”

O romance romântico destinava-se preferencialmente às mulheres, principal público leitor — seguido dos estudantes — para ocupar seus lazeres. A essa clientela — que alterava seus hábitos e comportamento — vinha se acrescentar, agora, novos leitores que exigiam outros temas ou novo tratamento de velhos e eternos assuntos como o amor e a vida familiar. Assim descreve Lúcia Miguel Pereira:

Com o advento do naturalismo, porém, tudo mudou. Passando a ser experimental, e portanto, científico, o romance adquiriu a todos os olhos importância e dignidade, deixou de representar um passatempo da categoria dos bordados. Já não se precisava reger pelas preferências e melindres femininos. E o sexo, que dantes fora banido das narrativas, entrou a ocupar uma posição exagerada, refletindo talvez uma mudança de ponto de vista em relação às mulheres. O

¹⁰⁹ J. Veríssimo, op. cit., p. 352.

¹¹⁰ Lúcia Miguel-Pereira, op. cit., p. 24.

determinismo biológico então em voga e as lições de Charcot sobre a histeria transformaram, efetivamente, em fêmeas os antigos anjos. Os estudos de temperamento desbancaram os casos puramente — nos dois sentidos — sentimentais. Ao mesmo tempo que penetrava na fisiologia com Aluísio Azevedo e seus companheiros, e na psicologia com Machado de Assis, que por conseguinte rompia com os preconceitos a que se prendera, sofria a ficção outra grande mudança. De rural que fora sobretudo até então, tornava-se predominantemente cidadina. Movimento sem dúvida relacionado com a decadência da lavoura em consequência da Abolição, e com o prestígio crescente das cidades. Para serem 'brasileiros' não precisavam mais os romances recorrer à 'cor local', já que, ainda vivendo à européia, ia adquirindo feição mais nítida própria a sociedade.¹¹¹

∴

O que nos interessa fixar, especialmente, é que a literatura realista teve seu campo de exposição através da imprensa. Na *Gazeta de Notícias* colaboraram: Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto, Guimarães Passos, Raul Pompéia. Em *A Semana*: Machado de Assis, Alberto de Oliveira, Aluísio e Artur Azevedo, Filinto de Almeida, Luís Murat, Urbano Duarte, além do seu diretor, Valentim Magalhães. A Cidade das Letras vivia quase que exclusivamente da imprensa, onde se fazia conhecida e onde estampava, por vezes, suas produções.

A *Gazeta de Notícias* — e graças a seu exemplo bem sucedido, também a *Cidade do Rio*, o *Novidades* e, em São Paulo, o *Diário Mercantil* e a *Província de São Paulo* — passou a remunerar bem a contribuição literária. Foi essa perspectiva que levou talentos literários a abandonarem cursos superiores na tentativa sonhada de viver das letras.

Assim é que jornais e revistas literárias deixaram as faculdades. Em São Paulo, o jornal mais literário era o *Diário Mercantil* que recebia a colaboração de Júlio Ribeiro, Olavo Bilac, Sena Freitas, Teófilo Dias, Augusto Lima e de escritores portugueses.

O *Jornal do Comércio* pagava de trinta a cinquenta mil réis a colaboração. Bilac e Medeiros e Albuquerque recebiam salário por suas crônicas, respectivamente, na *Gazeta de Notícias* e em *O País*. Coelho Neto nos informa que um de seus companheiros de boêmia recebia 20.000 réis pela publicação de versos seus na *Gazeta de Notícias* e que ele mesmo foi contratado para *Gazeta da Tarde* pelo salário de 200.000 réis¹¹². Relativamente, Machado de Assis era mais bem remunerado por sua colaboração literária nos jornais do que por suas obras

¹¹¹ Ibid., p. 26.

¹¹² Coelho Neto, *A Conquista*, p. 32 e 68, respectivamente. Informa-nos o escritor que alugou com um companheiro dois quartos no segundo andar de uma casa por 200.000 réis.

impressas. A publicação de um conto lhe valia 50 mil réis e a de uma crônica de 25 a 30 mil réis¹¹³. Por um livro percebia ele 400 mil réis sem ter, no entanto, direito a qualquer percentual sobre a venda¹¹⁴, pelo o que se pode auferir o lucro da Garnier já que um livro alcançava, no máximo, 3000 exemplares¹¹⁵. Pela mesma quantia José de Alencar vendia seus romances à Garnier¹¹⁶. Por outra fonte, temos as cifras de 500 mil réis a um conto de réis por um romance ou livro de contos. Uma novela valeria de 50 a 500 mil réis¹¹⁷.

Ainda serão raros, portanto, autores que pudessem viver só da literatura como foi o caso de Aluísio Azevedo. Coelho Neto nos conta que Olavo Bilac desdenhava escrever em jornais porque ali se matava a arte. Ao que o autor de *A Conquista* lhe perguntou como então viveriam os literatos. À resposta de que através de livros, retorquiu que eles não se editavam e que os contos e as crônicas não eram pagos¹¹⁸.

As editoras, pela exiguidade de público — que, entretanto, cresceu na segunda metade do século XIX — tinham uma atividade muito acanhada. Lia-se diretamente em francês ou através de edições portuguesas que publicavam, com grande frequência, obras brasileiras. Nesse caso, era comum aos nossos autores pagarem a edição do seu bolso ou entregarem seus manuscritos gratuitamente pelo prazer de se verem estampados em livro. Adolfo Caminha em *Cartas Literárias* dá disso um testemunho quando diz que não se incomodava muito com o quanto o editor lhe oferecesse por uma obra sua. O que lhe interessava mesmo é que fosse ela publicada. No mais, continuaria a viver feliz, indiferente a essa exploração, percorrendo os cafés, a rua do Ouvidor e os jornais¹¹⁹. Mas reclamava do “monopólio [...] ganância e desenfreada ambição dos editores.”¹²⁰

Livros aqui impressos eram exceções. A pouca sofisticação gráfica permitia mais a publicação de almanaques e opúsculos, que, aliás, era uma importante via de difusão de idéias. Sob essa forma, apareceram libelos e panfletos de alta tiragem.

¹¹³ Brito Broca apud N. Werneck Sodré, op. cit., p. 279.

¹¹⁴ A informação foi retirada de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *A Formação da Leitura no Brasil*, p. 94.

¹¹⁵ Avaliação feita por Brito Broca e recolhida em Nelson Werneck Sodré, op.cit., p. 279.

¹¹⁶ É o que nos informa Coelho Neto em *A Conquista*, p. 160.

¹¹⁷ Luís Edmundo apud Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 447.

¹¹⁸ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 160.

¹¹⁹ Apud Marisa Lajolo e Regina Zilberman, op. cit., p. 148.

¹²⁰ Apud *ibid.*, p. 147.

Da relação das editoras brasileiras mais prestigiadas deve constar a casa *Laemmert*, fundada em 1838, que se tornaria famosa por sua folhinha e, principalmente, pelo seu almanaque, que continuou a ser editado para além da vida da própria editora. Seus livros eram impressos na Alemanha, enquanto as outras livrarias valiam-se da França ou de Portugal. Dos autores pertinentes ao nosso período ocuparam as suas páginas Machado de Assis, Valentim Magalhães e Coelho Neto.

Entretanto, a que maior prestígio desfrutou, naquela época, foi a *Livraria B. L. Garnier*, sigla que era, então, traduzida, por brincadeira, como “bom ladrão Garnier”. Uma casa acanhada, escura, situada à rua do Ouvidor, mas que reunia a nata da literatura nacional nos seus corredores, vindo a formar uma das “panelinhas” literárias da época em torno de Machado de Assis. Coelho Neto assim descreve a loja e seu dono:

(...) casebre de aspecto ruinoso, achaparrado, poento, com o soalho frouxo, mole que nem palhada, o teto ensafenado a teias de aranha, tão escuro para o fundo que nem se distinguíam os vultos que por lá andavam em cuscuvilhice bibliófila e entre eles a figura rabínica do velho editor, pigarrento, sempre de brim pardo, barrete seboso, afurando pelos cantos em rebusca de avaro, a sacudir brochuras, limpando-as à maga do palitô.¹²¹

No início de século XX, como marca de sua projeção, a *Garnier* inaugurou novo e majestoso prédio. Foi ela a principal editora da segunda metade do século XIX. Ter uma obra por ela impressa era a consagração literária por todos almejada. Nesse rol estiveram: José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Graça Aranha, João Ribeiro, Olavo Bilac. Mas também a impressão que deixou em escritores contemporâneos foi a da sua ganância de lucro. Adolfo Caminha diz que o que o editor fez pela literatura brasileira foi-lhe altamente recompensado em termos financeiros: “Que o digam Machado de Assis e Aluísio Azevedo.¹²²”

A *Livraria Francisco Alves* era mal vista por literatos e intelectuais por dedicar-se especialmente aos livros didáticos e por seu sucesso financeiro já que chegou a cobrir 90% da indústria do livro no Brasil. A editora mandava imprimir seus livros em Paris, como aliás também o fazia a *Garnier*. Filou-se à *Bertrand* de Lisboa e à *Aillaud* de Paris e comprou livrarias e editoras brasileiras, às vezes,

¹²¹ Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 56.

¹²² Apud Marisa Lajolo e Regina Zilberman, op. cit., p. 153.

para garantir a exclusividade de um produto. Quando de sua morte, Francisco Alves doou sua fortuna à *Academia Brasileira de Letras*. Teve, no entanto, uma atuação importante ao dar chance a autores nacionais que sem ela não teriam suas obras estampadas. Descartando casos posteriores, citemos *O Ateneu* de Raul Pompéia.

Os autores mais editados foram: Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Valentim Magalhães, Gonzaga Duque, Coelho Neto. Olavo Bilac, Luís Murat, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, B. Lopes e Guimarães Passos foram os poetas mais populares.

O público foi conquistado para a literatura através dos folhetins, que eram os maiores atrativos dos jornais. Chegou a ser um hábito nacional reunir os membros da família extensa para se ouvir a leitura deles e de romances, haja visto o analfabetismo da maioria da população brasileira de então. Tais obras eram o passatempo de predileção das mulheres.

A maioria dos folhetins era de autoria francesa, mantendo os jornais, muitas vezes, tradutores oficiais. Alguns de nossos escritores se submeteram a esse gênero de escrita, como Artur Azevedo na *Gazetinha*, em 1880. Sob essa forma, saíram em 1882, os três panfletos sobre o roubo das jóias da coroa, de autoria de Raul Pompéia, Artur Azevedo e José do Patrocínio. Dos nossos literatos o que mais se aproximou da fórmula francesa foi Aluísio Azevedo. O mais importante é que alguns dos grandes romances nacionais apareceram na imprensa sob essa forma, como foi o caso de *O Ateneu*, publicado pela *Gazeta de Notícias* em 1888.

Completaram as revistas literárias a ação divulgadora da nossa literatura na época. A mais importante delas foi a *Revista Brasileira* que teve sua segunda fase entre 1879 e 1881, sob a direção de Nicolau Midosi¹²³.

Em 1885, como dissemos, Valentim Magalhães funda o importante semanário *A Semana* que reunia em suas páginas uma pléiade respeitável de destacados escritores: Machado de Assis, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Fontoura Xavier, Filinto de Almeida, Aluisio Azevedo, Luiz Delfino, Júlia Lopes.

¹²³ A *Revista Brasileira* será reeditada, já na República, entre 1895 e 1898, sob a direção de José Veríssimo, gozando de grande prestígio literário e em torno da qual saiu o grupo fundador da Academia Brasileira de Letras. Nessa revista se firmou o espírito crítico da época e nela foi publicado, em 1880, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Contra essa “igrejinha”, em 1886, apareceu também com destaque *A Vida Moderna*, impressa na *Laemmert* e dirigida por Artur Azevedo e Luís Murat. A eles se juntaram Moreira Sampaio, Guimarães Passos, Araripe Junior, Raul Pompéia, Alberto Torres, Rodrigo Otávio, Coelho Neto e outros, quase todos do grupo republicano e abolicionista de José do Patrocínio. A animosidade de *A Vida Moderna* com *A Semana* foi retratado em *A Conquista*: “Aqui é assim — só têm talento os de um certo grupo da rua do Ouvidor. Ali estão os romancistas criadores, os poetas incomparáveis, os mestres da crítica ... Uma súcia de bestas que vive num elogio recíproco.”¹²⁴

Conta ainda Coelho Neto, no mesmo romance, que, certa feita, depararam-se num botequim os dois grupos literários e travaram uma batalha de poemas até às cinco e meia da tarde. A disputa entre as duas revistas parece ter sido vencida pelo semanário de Valentim se levarmos em conta sua maior duração. Numa conversa com Coelho Neto, Valentim Magalhães revela ter percebido a importância desse embate. Disse-lhe o crítico que, diferentemente do que podia ele pensar, sentira muito o desaparecimento de *A Vida Moderna* e explica suas razões:

Senti e muito, não só como escritor que preza as boas letras, mas também como proprietário de jornal, porque o público, interessado na polêmica, buscava com ansiedade, a *Semana* e a leitura já ia se tornando um hábito. Nós estávamos criando o leitor.¹²⁵

Outras revistas literárias de vida mais efêmera foram abertas na década. Citemos *O Meio* na qual colaboraram Coelho Neto, Pardal Mallet e Paula Ney; a *Gazeta Literária* com Raul Pompéia; o *Querubim* que se editou por quase dois anos, de 1885 a 1886, reunindo Alberto de Oliveira, Luiz Delfino, Gonçalves Crespo e Quintino Bocaiúva.

Mas o principal mecanismo de compensação pela pobreza editorial foi mesmo, na segunda metade do século XIX, o jornal. O certo é que os jornais davam espaço à literatura nacional, com a publicação de romances — sob a forma de folhetins —, de poesias, de notas sobre as publicações, de colunas especializadas e, ainda, empregando o pessoal das letras. É bem verdade que os periódicos estritamente literários tinham pouco público. José de Alencar, em

¹²⁴ Coelho Neto, *A Conquista*, p. 169-170.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 302.

polêmica com Joaquim Nabuco, retruca a um leitor, dizendo-lhe: “cumpre-se declarar que referia-me à imprensa literária [que], além de efêmera, sempre restrita a um pequeno círculo, não influi na opinião.”¹²⁶

Outro fato importante, que tratamos com destaque no 1º capítulo, foi o prestígio social que adquiriram jornalistas e, grande novidade, também os escritores, que se tornaram vedetes. O que queremos frisar aqui é a intensa atividade política daqueles que usavam da palavra escrita ou da oratória e que a maioria deles era republicana e abolicionista.

O ofício mais comum dos literatos foi mesmo o jornalismo, mas houve quem tivesse funções públicas ou liberais ou, lugar disputado, se ocupasse do magistério. Nesse último caso, ser professor do Colégio Pedro II era atingir a palma laureada. No nosso período histórico, só Sílvio Romero teve tal honra. Outro emprego de prestígio era, evidentemente, o magistério superior, onde se destacou Tobias Barreto¹²⁷. Os literatos costumavam também fazer alguns trocados redigindo reclames, como foi o caso de Olavo Bilac. Melhor remunerado era o serviço de tradução. Ser tradutor oficial de um jornal ou de uma editora era ganhar a sorte grande. Machado tentou colocar Lúcio de Mendonça na *Garnier*, sem resultado. A casa sempre teve um empregado com esse ofício recebendo por ele o mesmo que o original de um livro, ou seja, entre 250 e 280 mil réis por volume¹²⁸.

Como juristas, destacaram-se Raimundo Correia, Araripe Junior e Lúcio de Mendonça. Alberto de Oliveira — que alugou sua carta profissional à Drogaria Granado — e José do Patrocínio formaram-se em farmácia¹²⁹.

Mas foi nos jornais que mais se empregaram os homens de letras, especialmente na *Gazeta de Notícias* e no *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Como disse Olavo Bilac, “é o único meio do escritor se fazer ler”¹³⁰, isto porque a imprensa criou um público intelectual. Esse público ia ao jornal em busca do seu cronista, do seu poeta, do folhetim ou do seu jornalista preferido. Nela se deram as famosas polêmicas, acompanhadas com tal paixão que ganhou foros de gênero

¹²⁶ Apud Afrânio Coutinho (org. e intr.), *Polêmica Alencar-Nabuco*, p. 179.

¹²⁷ Outros, como Sílvio Romero, Raimundo Correia, Artur Orlando, Martins Jr. e Raul Pompéia lecionaram em faculdades, mas já na República. Nessa época, João Ribeiro e José Veríssimo entraram para o Ginásio Nacional, designação renovada do Colégio Pedro II.

¹²⁸ Informações em Marisa Lajolo e Regina Zilberman, op. cit., p. 97-98.

¹²⁹ Essas informações estão em A. L. Machado Neto, op. cit., p. 88.

¹³⁰ *Ibid*, *ibidem*.

literário. Os maiores polemistas da época foram Sílvio Romero, Carlos de Laet e Medeiros e Albuquerque. Com uma linguagem de combate, a polêmica reforçou o oralismo e montou um auditório especial¹³¹.

∴

O cientificismo impunha interpretações deterministas da sociedade. Se pudemos detectar sua influência sobre o romance naturalista, com mais ênfase ainda orientou ele a crítica moderna, que foi introduzida, entre nós, pela Geração 70.

Crítica passou a ser sinônimo de método científico, de objetividade, até mesmo de filosofia ou teoria do conhecimento, além de uma disciplina literária. Nesse último campo, era vista como uma maneira de aplicar no estudo da literatura as grande descobertas científicas do tempo. Esse caminho foi palmilhado, no nosso recorte temporal, por Artur Orlando, Araripe Junior e, principalmente, por Sílvio Romero, partícipes todos, num sentido amplo, da “Escola de Recife”, além de José Veríssimo. A crítica moderna nada tem a ver com a romântica, retórica, uma regra do bom gosto.¹³² Segundo Lúcia Miguel Pereira, a crítica moderna emprestou dignidade às letras pois “pela primeira vez se sentiram os escritores apoiados em algo de sólido”¹³³. Vejamos mais claramente esse ponto:

(...) nos últimos vinte anos do século passado [século XIX], as letras se revestiram de uma dignidade e de um prestígio talvez sem precedentes entre nós. Fato que se deverá porventura em parte à introdução da crítica tal como a entendera Tobias Barreto, Sílvio Romero e José Veríssimo, feita com bases científicas, e já não impressionista como fora no período romântico.¹³⁴

Tal como em outros setores, também nesse caso as “idéias novas” serviram para pensar o Brasil e sugerir bases concretas para a sua adequação à civilização. Para colocar o país “ao nível do século” era necessário renovar — ou suprimir — as instituições monárquicas, o que significava atingir o seu sistema simbólico, através da cultura. Foi nesse sentido que se deu o repúdio ao romantismo, ao ecletismo, ao clericalismo, ao ensino retórico e jesuítico. E que se criaram outras narrativas da nação.

¹³¹ Entre outros, ver a tese de Roberto Ventura, *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*.

¹³² Sílvio Romero defende esses princípios em *O Naturalismo na Literatura* (1882).

¹³³ Lúcia Miguel-Pereira, op. cit., p. 59.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 57.

Nesse ambiente combativo em que se dá a ampliação da esfera pública, tudo foi submetido à crítica, palavra que emprestava dignidade a qualquer discurso.

No panorama europeu, a questão da nacionalidade ganhava contornos novos com a emergência de Estados-nações, a disputa por mercados e a acumulação capitalista pelas burguesias nacionais. Na América, se o problema nacional já se colocara com a independência, cabia, agora, situar seus países na divisão internacional do trabalho, num esforço tenaz pela suplantação do atraso.

O certo é que em todo o século XIX, a inteligência brasileira esteve voltada para a definição da nossa identidade, ora percebida como absoluta originalidade, ora como uma derivação especial da civilização européia. Flora Süssekind chegou mesmo a enxergar na nossa produção naturalista uma estratégia do mesmo intento crítico, fazendo-se a literatura um documento da nacionalidade¹³⁵.

Para se ter uma abrangência dos posicionamentos da Geração 70 — que dialogaram com a concepção alencariana da nação brasileira —, vamos destacar suas vertentes liberal e cientificista. No primeiro caso, os recursos de demonstração podem ser colhidos na polêmica entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, vazada através de artigos semanais no jornal *O Globo*, em 1875.

Não por acaso, José de Alencar foi o alvo preferencial dos ataques pois que fora ele, através do sucesso verdadeiramente nacional de seus romances, um precioso artífice da visão oficial sobre a nossa identidade — visão que compunha o sistema simbólico do Império¹³⁶.

Ao épico neo-clássico, *A Confederação dos Tamoios* (1857), de Gonçalves de Magalhães, contrapôs José de Alencar, em desafio, no mesmo ano, *O Guarani*. Para ele, a narrativa da nação devia tomar a forma moderna do romance e guardar verosimelhança pelo recurso à descrição de paisagens pátrias, dos costumes sociais e de fatos históricos, arcabouços sólidos para os vôos da imaginação criadora.

Como um sinal dos tempos, quase vinte anos após a publicação de *O Guarani*, o drama de Alencar, *O Jesuíta*, apresentado no *Teatro São Luís*, em

¹³⁵ Flora Süssekind, op. cit.

¹³⁶ Em 1871-1872, Franklin Távora, também membro da Escola de Recife, escreveu as “Cartas a Cincinato” para atacar a literatura de José de Alencar que, ao invés de se valer da ciência para obter um retrato fiel da sociedade brasileira, recorria a falsas idealizações.

setembro de 1875, foi recebido com indiferença e frieza pela platéia da Corte. Poucos dias depois, aparece em *O Globo* um folhetim de Joaquim Nabuco, sem assinatura, desfazendo da forma antiquada da peça e notificando seu insucesso. Em resposta, o dramaturgo denigre o público fluminense. Nabuco resolve, então, escrever uma série de artigos — sempre rebatidos por Alencar — sobre a obra do mais consagrado dos autores nacionais.

Essa polêmica teve grande repercussão e, à parte toda uma crítica às idealizações românticas que falseavam personagens e situações, especialmente, no que se refere ao índio brasileiro, sobressai, para os nossos fins, a disputa por duas interpretações da nação.

Para Alencar, a corte não é o *locus* da nacionalidade. Ao contrário, seu cosmopolitismo desgosta os temas nacionais e o patriotismo, haja visto que “é portuguesa na máxima parte”¹³⁷. Assim a caracteriza: “Mas os brasileiros da corte não se comovem com essas futilidades patrióticas; são positivos e sobretudo cosmopolitas, gostam do estrangeiro, do francês, do italiano, do espanhol, do árabe, de tudo, menos do que é nacional. Isso apenas serve para eleições.”¹³⁸

A população da Corte é, ao invés, anacrônica e bárbara, mesmo a “sociedade fina” que é “uma seleção, mas uma seleção de Darwin, e muito próxima do tipo primitivo, está ainda muito símia”¹³⁹. Para ele o fator do progresso era o povo brasileiro.

Brasilidade e civilização estavam, ao contrário, no interior, nos sertanejos. A nação, entretanto, ainda não estava madura por não ter constituído um “eu próprio”, infenso à imitação estrangeira. Cabia, pois, criar um povo e uma tradição que **conciliasse** as culturas aborígenes e européia no rumo de uma civilização americana. Defendendo a autenticidade do protagonista de sua peça criticada, explicou Alencar:

Sua terra natal, esta terra que ele admira e estremece ainda está deserta. É necessário criar-lhe um povo, sem o qual nunca ela poderá ser livre e respeitada. Nesse desígnio, sobranceiro aos preconceitos de seu tempo, concebe o audaz projeto de chamar as raças perseguidas da velha Europa, e oferecer-lhes uma pátria onde se regenerem. Por outro lado conta com a catequese para atrair selvagens, e dar-lhes em vez da vida nômade a liberdade e a civilização.¹⁴⁰

¹³⁷ Apud Afrânio Coutinho (org. e intr.), *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Organização e Introdução de Afrânio Coutinho, p. 30.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 24.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 25.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 34.

Em Joaquim Nabuco, Alencar vê o protótipo do homem da corte, a quintessência do cosmopolitismo, escrevendo num português afrancesado. Também ele é anacrônico como a população da capital: seu lusitanismo faz a literatura brasileira começar no medievo português e no seu prenome “o Brasil não fica sendo mais do que um mero apêndice”¹⁴¹. Reclama da “ladainha antibrasileira” do seu crítico, ladainha que não surtirá efeito sobre ele, um “americano de raiz e fê.”¹⁴²,

Já a tônica da crítica de Nabuco está no falseamento da realidade brasileira descrita nos romances alencarianos. Não se faz com eles uma literatura da verdade objetiva: “nada há de sólido no que ele descreve, de verdadeiro no que ele conta.”¹⁴³ Nem a sociedade: “essa comédia *de costumes* [*Demônio Familiar*] não conta a vida da nossa sociedade (...) sem mesmo ter o mérito da verdade”¹⁴⁴. Nem a natureza americana, nem o nosso índio:

A natureza americana, porém, não está em seu livro [*Iracema*] (...) não há uma página de que se pudesse fazer um quadro (...).

Os índios em *Iracema*, em *Ubirajara* e no *Guarani*, não são verdadeiros selvagens. A humanidade para chegar do estado em que ainda hoje acham-se os nossos selvagens do interior, ao de nossa civilização moderna atravessou milhares de anos. O Sr. J. de Alencar suprime esse longo período, e faz do seu selvagem um homem, muitas vezes superior ao de nossa raça. Os índios pensam e sentem, como nós, e falam melhor, como se fossem todos poetas. Onde existe essa raça?¹⁴⁵

Sem entrar no mérito da crítica de Nabuco é bom atentar para: 1) os possessivos (os “nossos selvagens” e os “seus índios”, a “nossa civilização”, a “nossa raça”; 2) o caráter informado nas teorias evolucionistas e racistas das suas objeções; 3) o apelo pela estética da verdade.

Essa literatura, portanto, não merece, para o crítico, o epíteto de brasileira, como então se queria, porque não espelha ela a nossa sociedade, “a vida civilizada do nosso país, os elementos de poesia que pode ter em si a raça européia que o povoou e que, pela ação lenta do meio exterior, já tornou-se verdadeiramente americana.”¹⁴⁶ E acrescentará em outro trecho que trata do mesmo assunto: “Nós

¹⁴¹ Ibid., p. 117.

¹⁴² Ibid., p. 96.

¹⁴³ Ibid., p. 85.

¹⁴⁴ Ibid., p. 105.

¹⁴⁵ Ibid., p. 189.

¹⁴⁶ Ibid., p. 114.

somos brasileiros, não somos guaranis; a língua que falamos, é ainda a portuguesa.¹⁴⁷” Eis, pois, onde Nabuco encontra a nossa identidade: nosso destino seria europeu e não americano.

Lembre-mo-nos de que Alencar é um homem ainda ligado aos temas da independência: origens e tradições. Cria um passado povoado de índios nobres, fortes e virtuosos. O presente é de conciliação entre aborígenes e europeus, onde não há lugar para os negros escravos. Como disse Ângela Alonso, uma estudiosa desse embate, para ele, a soberania vem do povo, mas é expressa pelo imperador e não representada por uma sociedade política¹⁴⁸. Essa polêmica se inscreve, pois, no momento de liquidação da “política de conciliação” quando questões como a extensão da cidadania entram na agenda política por força da luta abolicionista e das disputas ideológicas na Europa.

E é esse outro ponto de objeção de Joaquim Nabuco: “ele [José de Alencar] acha a escravidão poética, eu aborreço tudo o que a lembra.”¹⁴⁹ Podemos dizer que sua objeção é a de que a literatura de Alencar escondia o país real. O romancista busca escapar pela ironia, dizendo que a escravidão é um fato da vida brasileira e que, portanto, a arte deve retratá-la e que se isso aborrece Nabuco é porque ele se aborrece de seu país. Ressalta que na sua vida política já deixara diversas vezes claro sua posição sobre o problema escravo, que via como um mal que se extinguiria por si. Defende-se com a afirmação de que seu intento foi o de “mostrar os inconvenientes da domesticidade escrava.”¹⁵⁰

Como pontos menores da polêmica, mas que interessam ao argumento dessa tese, vamos ressaltar, primeiro, o esforço de Alencar em se mostrar atualizado com as novas teorias científicas porque, certamente, submete-se a um contexto em que sem elas nenhuma produção pode arvorar algum valor aos olhos de um público renovado, com gosto distinto daquele de suas platéias femininas. Mas também é claro o desagrado de Nabuco com a permanência do prestígio daquele autor romântico — enquanto, de viés, destaca a importância da imprensa: “O Sr. J. de Alencar, tanto como outro qualquer escritor, depende da crítica, e a imprensa daria uma prova real do nosso adiantamento, se estudasse as obras do

¹⁴⁷ Ibid., p. 190.

¹⁴⁸ Ângela Alonso, “Epílogo do Romantismo” in *Dados*, p. 139-162.

¹⁴⁹ Apud Afrânio Coutinho (org. e intr.), op. cit., p. 107.

¹⁵⁰ Ibid., p. 124.

autor popular em vez de tanto incensar-lhe o nome.¹⁵¹” Como importante reforço a essa observação, seria o caso de lembrar que, na *Revista Ilustrada*, o Brasil é representado por um índio, símbolo facilmente absorvido pelo público.

O posicionamento cosmopolita de J. Nabuco, no entanto, não esgota o pensamento da Geração 70 sobre a identidade nacional. Naqueles anos, o ambiente era bafejado pelo otimismo evolucionista, graças ao qual as sociedades humanas se escalonavam da barbárie à civilização, com passagem pela selvageria, num percurso inexorável. Ou de outra forma, na filosofia monista de Haeckel, pela qual a ontogênese é um resumo apressado da filogênese. A essa positividade se acrescentava a confiança iluminista na perfectibilidade humana.

A década seguinte é mais desejosamente anti-romântica e cientificista. Acontece que junto com o capitalismo imperialista e como sua justificação última, ganharam corpo teorias raciais que se julgou serem cientificamente respaldadas. Delas deriva uma inescapável negatividade sobre as oportunidades das nações compostas por raças inferiores.

Nesse contexto, a intelectualidade brasileira, sempre atenta ao que se passava no mundo desenvolvido — onde a América do Norte, anglo-saxã, dava entrada — é sacudida por uma sensação de atraso. É tanto o que lhe arma o espírito num clamor por progresso, desgostosa da “inércia” que o regime imprimia à sociedade. Geração cosmopolita, queria adequar o país à civilização.

Acontece que o segmento ilustrado da sociedade não se vê como bárbaro e acostumado à toada romântica e à propaganda oficial — e mesmo legendária — sobre a grandeza e a riqueza do país, tudo somado ao efeito produzido pelo desenvolvimento *yankee*, tem uma “consciência amena do atraso”¹⁵².

Figura exemplar nesse terreno, Sílvio Romero pratica a crítica moderna e escreve para esse público ilustrado e vexado com o atraso brasileiro. E assim é que se redesenha a identidade nacional. Além de inovar com estudos sobre o folclore e a produção popular brasileira — onde encontrou, junto à portuguesa, uma poderosa influência negra — fez ele do mestiço o distintivo da peculiaridade nacional.

¹⁵¹ Ibid., p. 44.

¹⁵² V. Antônio Cândido, “Literatura e Subdesenvolvimento” in *Educação pela Noite e Outros Ensaios*.

Sob influência alemã, estabeleceu ele uma relação de subordinação fechada entre literatura e nacionalidade, posto que naquela está o esforço de um povo para se pensar a si mesmo.

O empenho de Sílvio foi o de fazer do mestiço uma categoria intermediária, mas não impeditiva do avanço civilizacional. Se por um lado, é graças à ele que o branco pôde se adaptar aos trópicos, também é na prevalência — para todos evidente — da raça branca superior quando fusionada com uma população híbrida que, de um povo mestiço, chegaremos a constituir, em certo prazo, uma sociedade branca.

Atento às condicionantes da vida social e do fenômeno literário que Taine isolou na sua tríade — meio, raça, momento¹⁵³ —, pensa Sílvio dever estendê-la, no caso brasileiro, para incorporar o fator “imitação estrangeira”, em função da nossa peculiar situação colonial. Diferentemente do francês, dá ele uma maior ênfase à ação do homem sobre aqueles fatores. Vê ele a nação brasileira ainda não constituída porque não ostenta um “eu próprio” livre da imitação estrangeira, imagem que nos remete à José de Alencar.

O crítico sergipano deixou sua marca interpretativa na ênfase que deu ao fator raça, introduzindo o critério étnico no estudo da cultura brasileira. Na matriz européia, a literatura deixara de ser vista como uma criação espontânea do “gênio” para ser percebida como um “produto” de fatores externos que condicionavam as decisões do artista. O escritor era, assim — e isso muito acentua Sílvio — um fruto da cultura. Esta, por sua vez, era um produto da raça, do meio, das tradições e da imitação estrangeira. Entretanto, Romero tudo submete à lei maior da evolução transformista.

Com base nesses pressupostos, Sílvio avalia os escritores pelo seu “quantum de brasilidade”, ou seja, pela representatividade quanto à sua cultura e à sua época. É conhecida sua assertiva. “Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado e a medida do mérito dos escritores é este critério novo.¹⁵⁴”

Como bem percebeu seu principal estudioso, Romero foi o mais livre dos deterministas por fazer da “teoria do valor” — que é um elemento subjetivo — o

¹⁵³ A influência das teorias críticas sobre os autores brasileiros pode bem ser aquilatada por afirmações como esta de Adolfo Caminha sobre Taine, “uma espécie de bússola para os que se iniciam na complicada arte da palavra” (Adolfo Caminha, *Cartas literárias*, p. 159).

¹⁵⁴ Sílvio Romero apud Antônio Cândido, *O Método Crítico de Sílvio Romero*, p. 128.

traço característico da sua crítica. Foi mais um historiador da literatura do que um crítico literário, estudando mais o “processo” do que a “obra”¹⁵⁵.

Na aplicação de sua teoria, mostrou a artificialidade da interpretação romântica, porque o índio não foi o fator primordial da nossa cultura e caráter. Neles teriam pesado muito mais a influência do negro.

Mais do que essa observação, audaciosa para o ambiente racista da época, entende que o estudo sobre a identidade nacional está ainda por ser feito, porque não é ela lusa, africana ou indígena — influências estrangeiras. Nossa realidade é mestiça sob o ponto de vista físico, mas também cultural. Não aceita, pois, o recurso de camuflagem da nossa mestiçagem que o indianismo representou.

Acontece, no entanto, que segundo os critérios “científicos” da época, as três raças formadoras do povo brasileiro — e, por extensão da nossa cultura — eram inferiores. Mas foi o mestiço — tido por aqueles critérios como um degenerado — o fator facilitador da adaptação do branco aos trópicos. Sílvio não entendia o mestiço como uma soma de raças, mas como uma outra raça, a raça brasileira: súpula da nossa originalidade e base sobre a qual se dará a vitória do branco, através da miscigenação conseqüente de uma desejada imigração européia para o Brasil. Assim sendo, o mestiço, tipo intermediário, é a condição de nosso ingresso na civilização.

Sílvio Romero tem um lugar ímpar no pensamento social brasileiro. Inaugurou o critério etnográfico no estudo da nossa cultura, na qual valorizou, pioneiramente, a produção popular. Entendeu a centralidade do papel do negro e fez do mestiço — o fator por excelência da identidade nacional — uma categoria de análise numa interpretação de longa tradição no pensamento brasileiro.

4.4 Imagens do Progresso

O século XIX foi chamado “o século da luz” tal a impressão que a descoberta da eletricidade provocou sobre os contemporâneos, impressão também manifesta entre nós. Vimos já como imagens de luz são recorrentes na poética para qualificar a razão, a civilização, a liberdade. Mas também o progresso.

Coelho Neto descreve o encantamento de um jovem provinciano com o Rio de Janeiro desde a sua chegada quando saltou na gare iluminada: “senti

¹⁵⁵ Antônio Cândido, op. cit., p. 102.

deslumbramento tal que tive de fechar os olhos. Se eu saía de uma sombra sonolenta para esse plenilúnio de Jabloskoff!”. Seu tio, homem de posses, costumava levá-lo à tarde à *Confeitaria Pascoal*. Em meio à impressão causada pela agitação da casa, pela presença de literatos, políticos e de homens de negócio com suas conversas cultas ou muito informadas, o autor, a certa altura, faz essa observação singela: “Do teto pendiam lâmpadas elétricas.” Mais adiante, aparece a ligação entre luz, razão e progresso. Referindo-se a um amigo ilustrado, conclui: “porque a Luz é a ciência.”¹⁵⁶

No 2º Reinado, as festas públicas do Rio de Janeiro exibiam sempre iluminação especial, garantia do seu atrativo e sucesso. É o que notificou França Junior: “Conceber o Rio de Janeiro em festa sem luminárias fora absurdo tão grande como supor uma eleição regular sem polícia e cabeças quebradas.”¹⁵⁷

A *Revista Ilustrada* relata e representa em cenas desenhadas um *meeting* ocorrido no Teatro Imperial contra abusos da Companhia de Gás, ocorrido em 1882, como aliás já registramos no capítulo 1. Aqui o que interessa destacar é que o impacto da agitação ficou por conta da escuridão provocada na artéria principal da cidade.

A associação entre luz e progresso fica explícita em belo texto de Raul Pompéia, quando descreve sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1884, vindo de São Paulo, uma viagem no tempo através dos sinais de luz:

Era de se apreciar a entrada dos campos para a civilização, marcando-se a metamorfose dos cenários da noite exterior pelo progresso da iluminação.

Primeiro, o clarão rápido de fogueiras de rancho selvagem, que passavam ao passar do trem. Raras luzes dispersas, depois, de melhores vivendas. Luzes de azeite. Depois, as chamas entrevistas fulgiam mais vivas e mais límpidas. Luzes de querosene. Aparecia em seguida o gás-globo dos lampiões das ruas do Engenho Novo, muito mais claro. Aparecia o gás, o belo gás Holman de outrora, cristalino e cintilante! E por esta viagem através da luz, sentia-se crescer, no coração, uma espécie de entusiasmo que a vertigem de turbilhão do comboio ainda mais aumentava. A luz anunciava a grande cidade a chegar, tão grande, tão animada para quem vinha das saudades provincianas!

Até que chegava o almejado termo. A Estação Central, com a rutilação branco-pérola dos seus imensos globos Jabloskoff, que concluíam, por um último deslumbramento, a expectativa de mais luz a que se vinha disposto pela progressão brilhante dos panoramas da beira da estrada; exibindo, para o contraste da selva apenas deixada, a vida intensa da grande capital, no resumo do

¹⁵⁶ Coelho Neto, *A Capital Federal*, pp. 14, 79 e 89, respectivamente.

¹⁵⁷ França Junior, “Luminárias” in op. cit., p. 122.

mais impetuoso dos quadros, o movimento enorme da vasta gare, sob a luz elétrica, como uma apoteose da civilização.¹⁵⁸

A outra impressão de progresso estava ligada à sensação de velocidade que o desenvolvimento dos transportes no século XIX proporcionou aos contemporâneos. As “Crônicas Fluminenses” do número de 26 de março de 1882 da *Revista Ilustrada*, une as duas grandes descobertas como os índices maiores da marca distintiva da época: “O nosso século, o século científico, o século das invenções, tem descoberto maravilhas: suprimiu as distâncias com a eletricidade (...). É preciso andar, correr, voar: e anda-se a vapor.” É uma sensação da aceleração que toma todos os aspectos da vida, influenciando na concepção mesmo da História. É o que Martins Junior bem registra, como vimos, ao pontificar: “Por isso a História vai veloz como uma seta / Atrás do seu futuro, atrás do seu destino.”¹⁵⁹

O objeto que mais fortemente concretiza tal sensação é o trem. Observador dos costumes, França Junior vê na sua chegada o esfacelamento de todo um mundo antigo: “no dia em que o guincho da locomotiva ecoou nas florestas deste vasto torrão, lá se foi a roça dos nossos avós, e a poesia cobriu-se de luto.”¹⁶⁰

Mas é na *Revista Ilustrada* que, pela exaustiva repetição das imagens, os meios de transportes se fazem os logotipos do progresso/atraso. Dentre inúmeros exemplos, ao correr da década de 1880, destacamos o protesto contra o descaso dos políticos e do imperador através de uma charge que desenha o rei montado sobre um caracol e o parlamento transfigurado numa tartaruga, o todo encimado pelos dizeres: “Aqui repousa o progresso político e social do Império. Povo, orai por ele!”¹⁶¹(fig. 7).

¹⁵⁸ Apud Camil Capaz, *Raul Pompéia. Biografia*, p. 56-57.

¹⁵⁹ Martins Jr., *Visões de Hoje*, p. 28.

¹⁶⁰ França Junior, “A Missa do Galo” in op. cit., p. 155.

¹⁶¹ *Revista Ilustrada* de 2 de setembro de 1882.



fig. 7

No ano anterior, sobre o texto: “Imagem fiel da nossa atividade na estrada do progresso¹⁶²”, vê-se um trem puxado por bois. Para reclamar das mudanças de atitude do Partido Liberal, este é representado, antes de assumir o poder, dentro de uma locomotiva e, quando nele apeado, sobre um burro¹⁶³.

Na campanha que a *Revista* levou pela libertação dos escravos, os avanços da sociedade ou do governo são ilustrados na mesma chave simbólica. No seu número de 22 de junho de 1884, por exemplo, o conselheiro Dantas dirige uma locomotiva chamada “abolição”, cujo motor é o “progresso” (fig. 8).

¹⁶² Ibid., 6 de agosto 1881.

¹⁶³ Ibid., 20 de agosto de 1885.

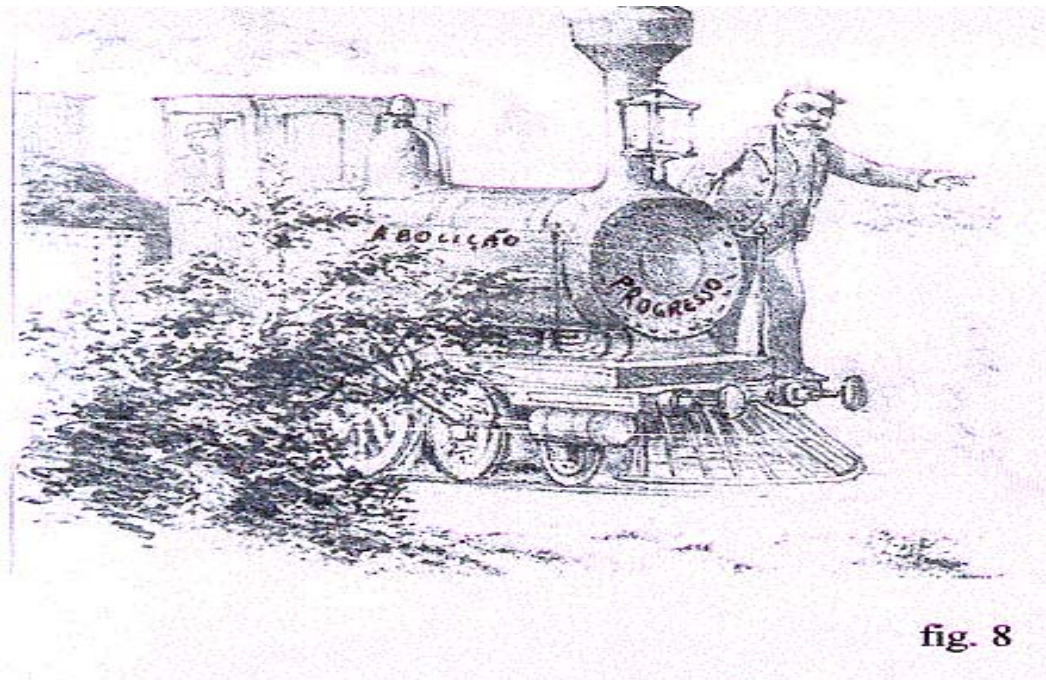


fig. 8

Já a Lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro de 1885 vai montada num burrinho, enquanto passa o trem do progresso abolicionista. A charge de 14 de abril de 1888 reduz os termos à sua expressão mais simples e direta: o progresso é um trem, o atraso um carro de bois.

Mas vejamos como a sensibilidade do poeta faz uso dessa mesma imagem para perceber a dimensão simbólica do seu objeto:

Da penedia o dorso se espedaça
 Acelera-se o rio espavorido,
 Abrem o seio escuro bipartido
 A selva e o monte; o trem de ferro passa ...

Sibila e corre a máquina; esvoaça
 Dos pássaros o bando foragido;
 Bufa o monstro e do bojo enegrecido
 Golfra rolos de túrbida fumaça ...

Rijo, forte e veloz; é uma Idéia
 Condensada em metal, em ferro espesso;
 Não recua, não cai, não titubeia;

E voa, e rasga, o luminoso ingresso
 O ramo arterial, a grossa veia
 Por onde corre o sangue do Progresso.¹⁶⁴

Na dia a dia, entretanto, foi o bonde que melhor simbolizou a sensação de mudanças no cotidiano através da aceleração do ritmo da vida e do progresso

¹⁶⁴ Raimundo Correia, "A Locomotiva" in *Sinfonias*, 1883.

democrático, como já tivemos ocasião de perceber no capítulo 1. Lembremo-nos de que França Junior registrou, através dele, uma marcante alteração de costumes em relação à liberdade da mulher: “o bond revolucionou a família”.¹⁶⁵

Essa mesma impressão registra a *Revista Ilustrada* nas suas “Crônicas Fluminenses” de 1 de abril de 1882: “O bond nivelou todos no mesmo progresso, sexos e gerarquias.” E diante do bond elétrico, exclama: “Oh Progresso!”¹⁶⁶.

A auto-imagem dos contemporâneos em relação à sua época era, portanto, de grandeza. Vejamos essa declaração:

Século dezenove! (...)
 (...)
 (...) ó século do labor!
 As tuas criações, teus túneis, teu vapor,
 Tuas forjas, tua eletricidade
 Tua filosofia e tua heroicidade,

 Ó século imortal, ó século em que a conquista,
 A guerra, as religiões e as velhas monarquias
 Têm tombado no chão nojentas como harpias,

 Tristes como o deserto! Eu curvo-me ante ti

 Os soldados viris que têm por munições
 De guerra os bisturis, as lentes, os compêndios,
 A análise e a razão (...).¹⁶⁷

4.5 República como Ciência e Evolução: “a razão e o futuro”

Essa tese é introduzida por uma parábola criada por um destacado articulista da *Revista Ilustrada*. Nela, o casamento da Independência com a Abolição seria a consumação do grande desejo nacional, o da consumação de uma sociedade liberal. Mas a imagem mais parece significar a união entre Estado e povo: a independência deu origem ao Estado brasileiro enquanto a Abolição integrou a massa dele afastada. Um consórcio tão auspicioso que gerou progresso e paz.

Se assim é por que, então, seriam perigosas as insídias da política-sogra? Por que seria ela tão atrativa como um sorridente convite? Se a sogra mente, trai — a perfídia —, se instaura ela a desavença entre o povo e o seu Estado apelando

¹⁶⁵ França Jr., “Bonds” in *Folhetins*, p. 145.

¹⁶⁶ “Força e Luz” in *Revista Ilustrada* de 21 de abril de 1888.

¹⁶⁷ Martins Junior, op. cit., p. 48-49.

para distorções da realidade — como aquela que transfigura paz em despotismo — por que seu aceno é tão chamativo?

Antes de buscarmos entender a perigosa atração que a exacerbação política de 1889 colocou barulhentemente nas ruas, vamos trazer à baila uma outra interpretação sobre o lugar da Abolição no processo histórico da nação brasileira. No seu longo poema, *Fiat Libertas*, dedicado a Quintino Bocaiúva, Luiz Delfino enche suas estrofes com a luz da liberdade para saudar o 13 de Maio. Mas também ele reclama de uma perfídia: não é correto ver a emancipação dos escravos como o fim glorioso da estrada da liberdade brasileira. O casamento se dará quando a noiva cobrir-se com o barrete frígio, como extravasa:

Ao ver que não há mais na pátria um só escravo...
Ouço um grande rumor, ouço o rumor de um *bravo*,
(...)

O povo tumultua, enchem vivas a praça:
(...)
Fez nova de novo a nova geração

(...)
O sentimento bom desse direito novo
Sabe-o bem compreender, sabe bem senti-lo o povo
Onde escravo não há, onde não há senhor.

(...)

Mas... somos nós de todo um povo americano,
Livre como o condor, grande, como o oceano?
(...)
O escravo negro extinto, ergueu-se o escravo branco;
À ilharga a cicatriz da ignóbil condição.
Ó liberdade, ó luz, ó força peregrina
Da alma humana e pequena, alma grande e divina,
Tu pareces, como águia, o ninho em nuvens ter:

(...)

Vós mentis... Nunca vós iludireis a história...
Vós falais em porvir, em liberdade, em glória,
E ao povo, que vos ouve, infames, iludis.
Mentis, vós, que dizeis que nossa pátria augusta
Nunca mais livre foi, nunca foi mais robusta;
Que outro dia maior jamais terá!...Mentis!...

(...)

É cedo! É cedo pois: deixa a cama de rosas:
Do teu sumo direito, ó pátria, inda não gozas...

(...)

(...)

E a idéia do trono que hoje se venera:
 Não é a redenção, não é nova era,
 Não é a nova luz do Lázaro, que sai
 Do túmulo, em que foi três séculos deixado:
 Contra o erro fatal, — haja ao menos um brado:
 Contra o crime, que passa, — haja ao menos um ai!

Nenhum ódio inebria a musa vingadora,
 Contra a fronte senil, ou contra a fronte loura,
 Onde repousa a cruz da c`roa medieval.
 (...)

(...)

Dirias, ó liberdade, ó ídolo que adoro,
 (...)

(...)

Então, como hoje, em nova e louca efervescência
 Far-se-á de uma vez só a nossa independência,
 Teremos a liberdade inteira de uma vez...
 E em todo o continente americano um *bravo*,
 Como o de hoje soou — libertado do escravo,
 Amanhã soará — libertado dos reis ...¹⁶⁸

Que essa interpretação se tornou corrente em certos meios¹⁶⁹ — a de que era preciso agora libertar os brancos do despotismo monárquico — mostra-nos outro texto indignado da *Revista Ilustrada*. Entendendo-a como uma estratégia dos escravistas desiludidos, aquele periódico cria um diálogo fictício pelo qual intenta esvaziar seus argumentos. Assim, um interlocutor imaginário debate com um “republicano de 14 de maio” e o interpela com o protesto de que os brancos já gozavam de liberdade. Responde o escravocrata: “É. Mas com a monarquia o povo continua escravo. Viva a república, porque, então, cada um pode fazer o que quiser.” Rebate, então, o opositor com a crítica de que os libertadores deveriam ter se lembrado disso no ministério Cotegipe, mas que, agora, que “a monarquia se

¹⁶⁸ Luís Delfino, “Fiat Libertas” in *Poesia Completa*, tomo II, p. 65-70. Esse poema foi lido em *matinée* literária no teatro Recreio Dramático onde, a 18 de maio, abolicionistas destacados se reuniram para saudar a Lei Áurea.

¹⁶⁹ Essa interpretação, muito presente nos debates políticos de 1888 e 1889, teve sua matriz numa nota ao editorial de *A Província de São Paulo* que saudava a Abolição, saída no dia seguinte. Nela se dizia: “A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos” (apud Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, pp. 276-277).

tornou popular e querida”, já é tarde. E declara que diante de uma revolução “excêntrica”, feita por tais personagens, “seremos espectadores (...). Surrai o bom senso!”. Mas reclama: “há mentecaptos, que andam entusiasmados com isso (...).”¹⁷⁰

Já ao final do ano de 1888, esse mesmo articulista saúda o retorno do herói da Revolta do Vintém de 1880, Lopes Trovão. Aqui, a Abolição retoma um lugar no processo histórico: assentado o estado liberal brasileiro — nas suas vertentes política e social —, estava desfeito o nó que acorrentava o país ao passado. Colocava-se, agora, a pátria na estrada do século, cujas setas apontavam na direção da civilização e do progresso. Talvez esteja subentendido que, sob outra direção, a revolução se purgaria de “excentricidades”. Senão, vejamos:

Hoje o caminho glorioso que terá de seguir esta grande nação está desbastado do último tropeço do despotismo. Numa pátria onde só há cidadãos pode-se sonhar com todos os progressos e todos os esplendores de uma civilização ofuscante. (...). Todas as idéias, todas as opiniões são respeitáveis e úteis, quando a guia um coração patriótico como o de Lopes Trovão (...). Nada receamos dessas índoles generosas e ardentes em que o amor da liberdade é uma religião.”¹⁷¹

Fica claro, no entanto, que passado o namoro com a monarquia — após a queda do gabinete João Alfredo — a *Revista* também assume a interpretação do percurso que da Abolição leva à República, mas pelo viés aberto pela democracia. É assim que, proclamada a República, entende, ela também, que se completava um ciclo: “restava a coroação [a república] de conquistas do progresso [independência e Abolição].”¹⁷² Anotemos que o mesmo articulista que vira na Abolição o casamento da monarquia com o povo, é o que, agora, como Luiz Delfino e os republicanos, entende que é a Proclamação o fecho exitoso de um caminho, o da democratização do país.

∴

O Partido Republicano se dizia “o partido mais antigo” do Brasil e vinha inventando uma tradição que lançava suas raízes nas lutas liberais da Colônia, na Revolução de 1817 e no desígnio da Regência. Nesse sentido, a grande perfídia fora a rendição à opção monárquica, alienígena — não americana —, na construção do Estado brasileiro. Silva Jardim, descrevendo as festas pela Abolição

¹⁷⁰ Júlio Verim, “República do Rio do Peixe” in *Revista Ilustrada*, 16 de junho de 1888.

¹⁷¹ Júlio Verim, “Dr. Lopes Trovão” in *Revista Ilustrada*, 10 de novembro de 1888.

¹⁷² Júlio Verim, “Estados Unidos do Brasil” in *Revista Ilustrada*, 7 de dezembro 1889.

em Santos diz que elas haviam terminado “com um estrondoso viva à república (...) depois de um discurso em que relembra o trabalho dos mártires e mostrava que a obra não estava acabada (...).”¹⁷³

A Proclamação, nessa linha interpretativa, significou um salto civilizacional, integrando o país na América e na modernidade (no progresso), disto dando testemunho a forma pacífica como ela se fez. O mesmo artigo da *Revista Ilustrada* que fala da Proclamação como coroação de conquistas anteriores, termina se vangloriando: “Não há página igual na história da humanidade: sem derramamento de sangue.”¹⁷⁴ Essa solução incruenta será gabada mesmo pelos opositores do regime.

Existiria, assim, uma tradição americana de liberdade que, entre nós, iniciada com a independência (ou com seus movimentos precursores) só teria sua completude com a instalação da República. Quando quis homenagear o “Quinze de Novembro de Oitenta e Nove”, Luiz Delfino dedicou seu poema ao “Brasil Novo” e à “América”. Essa associação entre liberdade e América já estava tão introjetada que se tornou tema corriqueiro. França Junior em uma de suas crônicas usa essa imagem: “Era solteiro, e por conseguinte livre como os Estados Unidos.”¹⁷⁵

Quando em 1879, Lúcio de Mendonça assume a direção do jornal *Colombo*, folha republicana, ou seja, no seu dizer, do “mais adiantado partido nacional”, proclama a grandeza de sua tarefa: “Não pode ser, não há de ser baldada a pregação da República na terra da Inconfidência, glorioso início que lhe foi o batismo cívico, a sagração revolucionária.”¹⁷⁶

Grande marco dessa trajetória, a Abdicação foi uma grande data festejada pelos dois lados, numa disputa pelo estabelecimento do seu significado. Para monarquistas e republicanos, o 7 de abril consolidou a independência, afastando, especialmente para os últimos, o espectro do absolutismo e criando uma linha de continuidade libertária que, favorecida pela Regência, devia, logicamente, desembocar na República. Para os monarquistas, foi o momento do controle brasileiro sobre o Estado — afastando a sombra da Restauração — e o da sua

¹⁷³ Silva Jardim, op. cit., p. 88.

¹⁷⁴ Júlio Verim, “Estados Unidos do Brasil” in *Revista Ilustrada*, 7 de dezembro de 1889.

¹⁷⁵ França Junior, “Em Viagem” in op. cit., p. 287.

¹⁷⁶ Lúcio de Mendonça, *A Caminho*, p. 72 e 73.

consolidação, quando a elite nacional deu provas de capacidade administrativa vencendo a anarquia da Regência.

À experiência da Regência se ligou a expressão “democracia”. No famoso panfleto de Justiniano José da Rocha, o “elemento democrático” é a liberdade, que se contrapõe à autoridade, o “elemento monárquico”. Explica ele que nos movimentos anteriores à Independência, a “sociedade inteligente” do país entendia a liberdade como república. Mas, na Constituição de 1824, “generosa era a parte de influência deixada à democracia”, pois nela estavam garantidos todos os princípios de liberdade e os direitos do homem e do cidadão¹⁷⁷.

A liberdade política teria sido seqüestrada pela reação de 1837. É bastante conhecido o comentário de J. Nabuco que vê “encher a maré democrática” a partir da década de 1860. No Manifesto Republicano se desenha um outro processo histórico em que a “democracia pura” foi atraída pela realeza que nos foi imposta pelo recurso fictício da Aclamação. Nessa linguagem nova, a liberdade usufruída no Império escondia uma verdadeira substância despótica.

Escrevendo na década de 1870, Francisco Cunha diz que o Partido Liberal quer um sistema monárquico que é, de fato, uma República federal com alternância do Presidente do Conselho de 4 em 4 anos, fazendo deste uma espécie de Presidente da República. Propõe então que a missão do partido se conclua pela revolução, advertindo: “A revolução não se fará para produzirmos o 7 de abril. A revolução se fará para mudarmos a forma de governo e acabarmos para sempre com essa pesada necessidade que a si tomam os povos regidos pela monarquia (...)”¹⁷⁸.

O prestígio da Abdicação ilumina os atores do momento final da monarquia. Temia Silva Jardim que se repetisse na atualidade o que se dera em 1831 quando os exaltados se deixaram vencer pelos moderados. Quando soube que Ouro Preto se dispunha a substituir o exército pela Guarda Nacional, reagiu Deodoro, como já vimos, dizendo que faria outro 7 de abril, arrastando para a praça pública os ministros a fim de submetê-los ao julgamento do povo.

Ao dar conta a Deodoro da decisiva reunião de 9 de novembro de 1889 no *Club Militar*, Benjamin Constant o impele a aderir à causa republicana porque

¹⁷⁷ Justiniano José da Rocha, “Ação; Reação; Transação” in R. Magalhães Junior, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, p. 166 e 168.

¹⁷⁸ Francisco Cunha, op. cit., p. 246.

“qualquer outra solução seria uma simples sedição monárquica e infrutífera, à semelhança do 7 de abril.”¹⁷⁹

No despacho do Governo Provisório comunicando à família real a decisão sobre o desterro, instou-se que aceitasse ela a vontade nacional, como D. Pedro I no 7 de abril.¹⁸⁰ Comentando um incidente ocorrido em Minas, Rui Barbosa assim o interpreta:

As garrafas da Laje de Muriaé em abril de 1889 renovam as garrafadas da Corte em março de 1831, que pressagiaram o fim desastroso do primeiro reinado. É como o eco das vésperas de uma revolução, anunciando, talvez as vésperas de outra, se a coroa for surda aos sinais do tempo.¹⁸¹

Tiradentes é o grande herói recuperado para corporificar a tradição republicana. A *Revista Ilustrada* reclama que não tenha ele ainda uma estátua.¹⁸² Na comemoração do 94º aniversário de sua morte, fez Quintino seu elogio histórico dizendo ter ele lutado pela “forma de governo filha da América”. Comparando o herói a Cristo, um mártir, “vítima propiciadora da idéia republicana no Brasil, o precursor da idéia que hoje oferece embate às instituições caducas do passado”, estabelece uma relação de continuidade entre Tiradentes e a “minoría resistente” dos republicanos, que são os “herdeiros e sucessores do legado tradicional que aquela nobre figura representa.”¹⁸³

Luiz Delfino escreve três poemas sobre Tiradentes, tema que também compõe um dos momentos poéticos de Fontoura Xavier em *Opalas*. Foi este igualmente o assunto do primeiro artigo de Silva Jardim, ainda estudante do preparatório. Em 1882, Lúcio de Mendonça reclama: “É revoltante a baixeza com que alguns escritores pátrios, os historiadores do Instituto, têm deprimido a generosa tentativa do Precursor”. Centra suas baterias especialmente sobre Varnhagen, “o mais apregoado desses historiadores”, que desdenha o “martirologio republicano”, fazendo uma descrição física antipática de Tiradentes e indicando como características de sua personalidade, a indiscrição e a loucura, que fizeram dele “um forjador de planos aéreos”. Lúcio também critica a *História*

¹⁷⁹ Apud Hélio Silva, op. cit., p. 120.

¹⁸⁰ Mensagem do Governo Provisório apud Hélio Silva, op. cit., p. 524.

¹⁸¹ Rui Barbosa, “Viva à Rainha”, 19 de abril de 1889, in *Queda do Império*, tomo II, p. 71.

¹⁸² Na edição de 23 de abril de 1881, a ilustração de uma força vazia é encimada pelos dizeres: “Começa a justiça da posteridade”. A mesma imagem se repete dois anos depois: uma coroa de flores ao pé de um monumento inexistente que homenageia “o grande mártir da liberdade”.

¹⁸³ Quintino Bocaiúva, “Tiradentes”, 1886, in Eduardo Silva (org.), *Idéias Políticas de Quintino Bocaiúva*, p. 582, 583 e 592, respectivamente.

da *Conjuração Mineira* na qual Joaquim Norberto de Souza e Silva aponta Tiradentes como “louco, leviano, fanfarrão e fanático”. Busca, em seguida, pelo ridículo, diminuir a possível repercussão dessa opinião dizendo que desse historiador só se poderia esperar essa interpretação, pois é ela bem adequada a quem descreve, na mesma obra, um milagre da Virgem num tom de seriedade. E conclui: “Vá, entretanto, sorrindo o descendente da fanática idiota [D. Maria I]; também há de chegar a vez da gargalhada do povo. Rirá melhor o que rir por último.”¹⁸⁴

Dedicada a Joaquim Serra, Raimundo Correia escreve a poesia “A Cabeça de Tira-Dentes”¹⁸⁵. Martins Junior enfileira a tradição histórica: “A raça de valentes/ Que já no teu país produziu Tira-dentes, / Produziu Badaró e Neto e Canabarro”¹⁸⁶. E mais adiante: “Olha: o Caráter foi-se, a Heroicidade voou/ Para o túmulo onde jaz Caneca, o honrado avô/ Que junto à Miguelinho e Pedro Ivo dorme.”¹⁸⁷

A partir da década de 1870, sob pressão do contexto internacional, vai se instalando, entre nós, uma incômoda sensação de atraso. É o que impele a formulação de novas narrativas nacionais, buscando-se em outras fontes uma tradição brasileira que contradiga a letargia imperial.

Nesse sentido, é a heroicidade dos movimentos precursores, as dos dias da independência e ainda aqueles outros do período regencial e de suas revoltas que é resgatado. É nessa energia e ímpeto de mudança que se quer escrita a narrativa da nação. Os republicanos — que se proclamam “o partido mais antigo do Brasil” — constróem, com essas linhas, um relato de republicanismo do povo brasileiro.

∴

República era, por vezes, completar a obra liberal iniciada na França, “porque o século que se seguiu à Revolução Francesa devia ser o século da República Universal.”¹⁸⁸ No manifesto ao Partido Republicano que o elegera seu chefe em maio de 1889, lembra Quintino Bocaiúva:

Unitário ou federal, este regime [republicano] pressupõe o governo do povo pelo povo. A soberania nacional como a única fonte de poderes legítimos; o sufrágio

¹⁸⁴ Lúcio de Mendonça, “Vinte e Um de Abril” in op. cit., p. 219-225.

¹⁸⁵ Raimundo Correia in op. cit., 1883.

¹⁸⁶ Martins Jr., op. cit., p. 32.

¹⁸⁷ Ibid., p. 36.

¹⁸⁸ Lúcio de Mendonça, “Da Mulher” in op. cit., p. 53.

universal, como instrumento pelo qual a vontade do povo se pode manifestar, tais são os dois fundamentos do regimen institucional republicano, cuja síntese é universalmente expressa por este glorioso lema: liberdade, igualdade, fraternidade.¹⁸⁹

Essa relação entre república e liberdade está também em Silva Jardim. Comentando o sucesso de seus empreendimentos no norte do país, relata: “Acompanhado pela multidão numa explosão de aplausos ao grande evangelizador da Liberdade Brasileira (...).”¹⁹⁰ Também Teófilo Dias ao escrever *Profecia* (dedicada a Raimundo Correia) vê anunciar-se o dia da “liberdade brasileira”, recorrendo a imagens que falam do progresso científico do mundo:

(...)
 Pois pressinto já que as velhas crenças virina [sic]
 O escárnio popular como íntima fagulha.
 Pressinto que a Revolta, aziago meteoro,
 Com um núcleo sangrento, há de brilhar, de jeito
 Que o rodar dos canhões no macadam sonoro
 Até em cada pedra a lava do direito.

Mil relâmpagos de aço hão de inflamar as ruas
 (...)

Abalroar com o peito o imperial castelo

E o tufão popular (...)
 (...)
 Como um incêndio enorme, há de varrer nas asas
 Do solo americano o trono e a realeza.

E então vereis, Senhor, se a mente bem me alcança,
 Que estes filhos do povo, heróicos e clementes,
 Para não desonrar com o sangue de Bragança
 A terra que bebeu o sangue a Tiradentes,

Nem aviltar a força, o pedestal ovante
 (...)

Vereis que vos darão um exemplo sublime!
 — A vós, que lhes cingis ao livre pulso o ferro,
 Hão de vos apontar, vos perdoando o crime,
 Em vez do cadafalso, a senda do desterro.¹⁹¹

Só no final da década se poderá distinguir, com clareza, um republicano de um liberal avançado. A imagem da liberdade aparece com frequência nos “carros de idéias” dos préstitos carnavalescos. A alegoria de 1884 que saúda o destemor

¹⁸⁹ Apud Eduardo Silva (org.), op. cit., p. 620.

¹⁹⁰ Silva Jardim, op. cit., p. 386.

¹⁹¹ Teófilo Dias, “Profecia” in *Fanfarras*.

de Francisco Nascimento, o jangadeiro cearense que se recusou a embarcar escravos, traz sobre os cabelos uma coroa com o nome da província liberta (fig. 9)¹⁹².

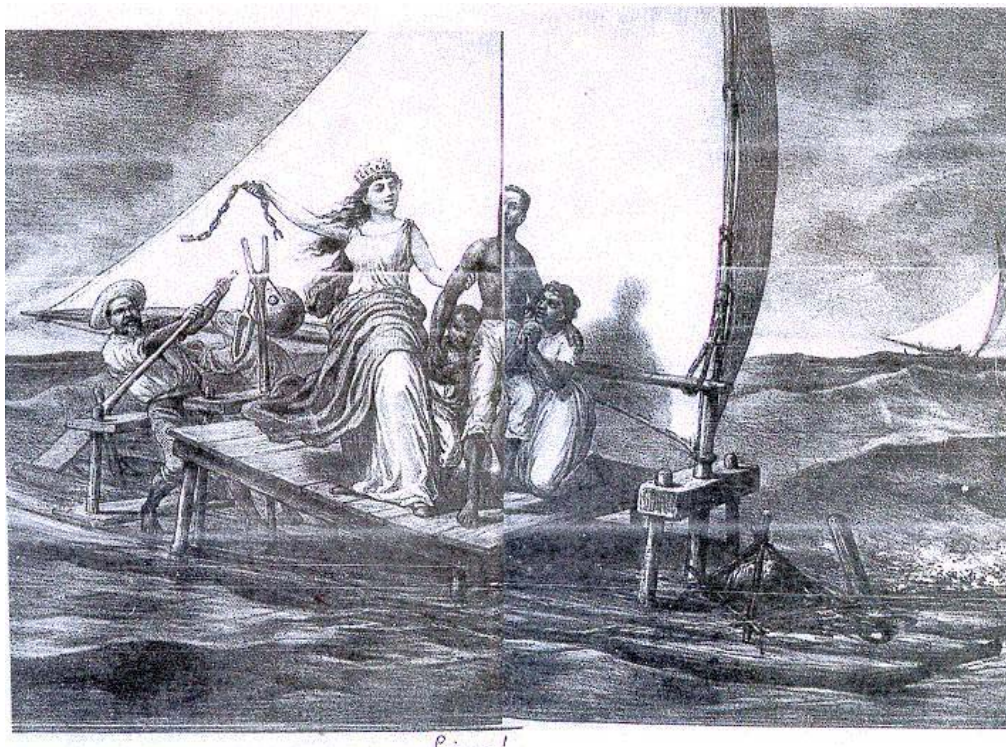


fig. 9

Em 1888, após a Abolição, uma mulher ativa, tendo a cabeça ornada pelo barrete frígio, expulsa fazendeiros que trazem a bandeira da “república com indenização” — uma alusão aos “republicanos do 14 de maio” —, o que mostra a distância deles em relação ao puro ideal republicano¹⁹³ (fig. 10)¹⁹⁴.

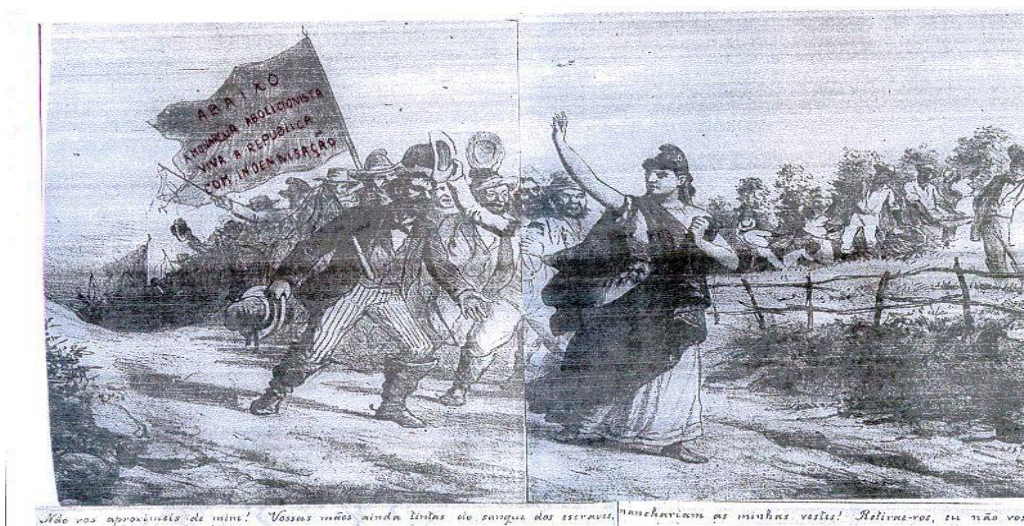


fig. 10

¹⁹² In *Revista Ilustrada*, edição especial, janeiro de 1884.

¹⁹³ In *Revista Ilustrada*, 11 de fevereiro de 1883, ano 9 n° 376 e 9 de junho de 1888, respectivamente.

¹⁹⁴ In *Revista Ilustrada* de 9 de junho de 1888.

Advogava Francisco Cunha:

Se a causa republicana dependesse unicamente da lógica e da convicção dos homens, ela já estaria ganha em todo o mundo civilizado e não estaríamos a perder tempo e a gastar esforços para provar uma verdade axiomática. Estamos, os apóstolos da liberdade, condenados a demonstrar que a luz ilumina.¹⁹⁵

Nos momentos finais do Império, sob o impacto do discurso de Benjamin Constant na recepção aos oficiais chilenos, os alunos da Escola Militar lhe entregaram uma mensagem que se termina por esse pedido: “Mestre, sede nosso guia em busca da terra da promessa — o solo da liberdade!”¹⁹⁶ Pela intercalação, França Junior acaba por mostrar a força da associação a que estamos nos referindo: “O meu ideal sem ser republicano era a liberdade sem limites.”¹⁹⁷

No seu poema de saudação à República, o *Quinze de Novembro de Oitenta e Nove*, Luiz Delfino parece parodiar, em certo momento, Castro Alves do *Navio Negreiro*: o país já não precisava de “arrancar esse pendão dos ares”:

Assim rompe uma estrela a Colombo,
 (...)
 Outro mundo aparece a Cabral;
 Assim surge essa nova bandeira
 De repente por terras e mares ...
 Dize aos povos, por onde passares,
 Que és de um povo já livre o fanal.¹⁹⁸

∴

Se a liberdade podia ser defendida como um atributo da monarquia brasileira, o mesmo não se dava com a democracia, palavra que ganha, agora, uma inescapável conotação social¹⁹⁹.

Resultado de firmes convicções e como recurso de sobrevivência do regime, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa batalharam por uma monarquia democrática e federativa, embora nos pareça que o termo democracia não tinha

¹⁹⁵ Francisco Cunha, “A Devoção Monárquica” in op. cit., p. 211.

¹⁹⁶ In Hélio Silva, op. cit., p. 500.

¹⁹⁷ França Junior, “A Missa do Galo” in op. cit., p. 154.

¹⁹⁸ Luís Delfino, “Quinze de Novembro de Oitenta e Nove” in op. cit.

¹⁹⁹ A argumentação teórica de Assis Brasil contém todos os recursos disponíveis do discurso coetâneo sobre a questão. Monarquia é a forma de governo do estágio metafísico da humanidade. É uma “ficção”, conforme a expressão da época. A evolução, no entanto, encaminha os povos para a democracia, como indicam as conclusões científicas, único critério da verdade. Já que a matéria é inseparável da forma, só há democracia na república porque “o caráter essencial da república é a ausência absoluta de privilégios de toda e qualquer espécie (...). (Assis Brasil, *A República Federal*, p. 3).

para eles exatamente o mesmo conteúdo apesar de entenderam igualmente que contenha ele uma necessária idéia de liberdade.

Em Rui, democracia era uma extensão do liberalismo, ou seja, uma ampliação tanto da representação como das liberdades. Distingua ele a democracia liberal da democracia socialista porque se centrava esta sobre o princípio da igualdade absoluta, princípio que rejeitava.

Neste sentido não via ele qualquer obstáculo para a aproximação entre os termos monarquia e república. Num artigo de 1889, no *Diário de Notícias* — sintomaticamente intitulado “Nossa Democracia” — explica: “Os que se escandalizam com o caráter democrático que pretendemos imprimir à monarquia, esquecem-se de que no mundo contemporâneo, a distinção entre monarquia e república é apenas acidental”²⁰⁰.

Sua formidável campanha no *Diário de Notícias* foi justamente para que a monarquia brasileira se tornasse democrática, o que naquele exato momento significava implementar, por fim, as reformas requeridas — especialmente a federação — e respeitar o legítimo direito de reunião dos republicanos porque a monarquia “há de mostrar-se tão compatível com a democracia, tão capaz de liberdade quanto a república, se não quer que esta acabe varrendo-a do continente republicano”²⁰¹. Também esse artigo trazia o sugestivo título de “Liberdade ou República”.

Mas a proposta de uma “monarquia democrática” é mais antiga em Rui. Para defendê-la pronunciou, na Câmara, um famoso discurso, em 1879, quando das discussões sobre a reforma eleitoral. Contra sua oração se levantaram indignados os republicanos, indignação que pode bem ser aquilatada pela exclamação de Lúcio de Mendonça para quem naquela expressão se conjugavam palavras que “bradam de achar-se juntas”. E para responder à fórmula com a qual Lafayette havia caracterizado a Monarquia de Julho na França e que o deputado brasileiro repetira em reforço à sua tese, ou seja, a de que “não é senão a imponência da monarquia rodeada de instituições republicanas”, replica Lúcio para que então servia “esse rei de papelão”, posto que, como acrescentara Rui, “bastava uma imagem, um sinal, uma forma, uma sombra vã, um simulacro”²⁰².

²⁰⁰ Rui Barbosa, “Nossa democracia” in *Diário de Notícias*, 5 de abril de 1889, tomo I, p. 305.

²⁰¹ Rui Barbosa, “Liberdade ou República”, 17 de março de 1889, in op. cit., tomo I, p. 90-91.

²⁰² Lúcio de Mendonça, “A Monarquia Democrática” in op. cit., pp. 29, 30 e 31, respectivamente.

Já em relação à república, o termo democracia passou a estabelecer com ela uma sinonímia. O texto da *Revista Ilustrada* em 16 de novembro de 1889 anunciava: “acordávamos em plena democracia”. Esta associação de termos estava tão difundida que podia servir como imagem literária. Vimos como França Junior, querendo ironizar o avanço de costumes, diz que a mulher preferira trocar o cetro de rainha do lar “pelo barrete frígio da democracia”.

Tanto assim era que Rui Barbosa esgrime argumentos para justificar a perpetuação do regime monárquico num continente onde ele é uma excentricidade. É esse o seu diagnóstico e a sua solução:

Evidentemente a atmosfera democrática das repúblicas que nos circundam é tão impropícia à monarquia, quanto é desfavorável à república o ambiente conservador das realezas européias.

Num e noutro caso a exceção não quer dizer ilegitimidade. Mas grande é o seu perigo, atentar as influências hostis, que, desprendendo-se de redor, vêm incessantemente atuar, pelo próprio ar respirável, no espírito da nação insulada em forma de governo antipática aos Estados circunjacentes. Para neutralizar a força desse inimigo impalpável, só haveria entre nós um meio: americanizar a monarquia, isto, republicanizá-la.²⁰³

Também Coelho Neto faz uma de suas personagens correr pela rua do Ouvidor, espalhando a boa nova da Proclamação: “Alvíssaras! pela liberdade”. Mas logo em seguida conclui: “pela vitória da democracia”²⁰⁴.

Pugnando pelas reformas e pela plena extensão do direito à liberdade, Rui bem poderia aceitar, em parte, em 1889, o que Joaquim Nabuco escrevera 30 anos antes, sem certamente concordar com a conclusão:

Em vez do governo de hoje, em vez do governo pessoal, que as leis criaram, virá o puro governo representativo, em vez da vontade de um só substituída à palavra sincera dos comícios virá a voz da praça pública: em vez do imperialismo teremos a democracia.

Esperemos.

A regeneração social será completa. (...)

A democracia aí vem.

(...)

(..) o trono que mais é do que a negação da democracia?²⁰⁵

Democracia era, agora, a fatalidade da história, a realização do dístico “igualdade” que se sucedia ou completava a “liberdade” da Revolução. Era a

²⁰³ Rui Barbosa, “O Príncipe Consorte”, 29 de março de 1889, in *Queda do Império*, tomo I, pp. 214-215.

²⁰⁴ Coelho Neto, *Fogo Fátuo*, p. 231.

²⁰⁵ Joaquim Nabuco, “O Povo e o Trono” in op. cit., p. 9, 10 e 12.

percepção da entrada do Terceiro Estado na política. Era a complementação necessária da obra de destruição do Antigo Regime que, primeiro, acabara com o absolutismo para, em seguida, instalar o regime republicano, com o qual findava a sociedade de privilégios. Por acréscimo, era o regime com o qual a América brindara a civilização com uma originalidade histórica.

Nada mais taxativo do que o fato de que, no Manifesto Republicano, a palavra república vir associada à expressão “democracia pura”. Por fim, e por ironia, é o próprio Rui Barbosa que, através de sua campanha no *Diário de Notícias*, ajuda a fixar a sinonímia entre república e democracia. Imaginemos, por exemplo, qual deve ter sido o impacto de afirmações tais como: “lançaram [as questões militares] a tropa em cheio na corrente democrática”²⁰⁶ quando era do conhecimento geral a adesão dos jovens militares à idéia republicana o que, aliás, era o que queria ele significar com a sua reclamação.

A evidência da relação república-democracia, naquele contexto, pode ser atestada nas expectativas concretas que a República gerou. Em um jornal popular aparecido logo após a Proclamação, pode-se ler: “A palavra — República — foi por muito tempo o símbolo exclusivo das aspirações democráticas.”²⁰⁷

Democracia não mais se confunde com liberalismo. Tem agora uma clara conotação social. Significa a extinção da sociedade de privilégios, o regime da igualdade. No Manifesto Republicano, a questão servil é estigmatizada como “privilégio de raça”. Assim para Luiz Delfino liberdade e igualdade são os distintivos do regime, como exprime:

Mas não tente esse crime ninguém [restaurar a monarquia]!
Norte e sul num amplexo eviterno,
Num delírio de crença e igualdade,
Jurem todos por ti, Liberdade,²⁰⁸

Na “Segunda Visão” ou “Síntese Política” do seu poema-tratado, Martins Junior resume o argumento geral:

Eis o paço da História. (...)
(...)
Por entre os turbilhões da marcha evolutória

O veio radioso, o esplendoroso fio

²⁰⁶ Rui Barbosa, “A Moléstia do Imperador”, 27 de maio de 1889, in op. cit., tomo III, p. 132.

²⁰⁷ Luiz da França e Silva, “Echo Popular” apud José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados*, p. 12.

²⁰⁸ Luís Delfino, “Quinze de Novembro de Oitenta e Nove” in op. cit.

Do Progresso, que faz brotar da escravidão
O servo, e d'um vassalo um forte cidadão!

E eis que mostrou-me, essa soberba lei:
— Mostrou-me o Povo sempre a guerrear o Rei,
O homem sempre a roer o metal d'um grilhão
Ou sempre a demolir uma religião!
(...)

Onde, como um corisco em mão do velho Jove,
Fuzilava, bramia, o rubro — 89;
E afinal me indicando o sol — 93,
(...)

Minh'alma adamantina, alma republicana
(...)

Só eu [a democracia] posso dar os direitos roubados
A vós por vossos reis...
(...)

Sim. Pode dizer isso ela — a Democracia.

A REPÚBLICA é a síntese política,
E a alma democrata — um facho aceso, vivo!²⁰⁹

Assim é que a liberdade republicana tem outra justificação teórica, que comprime num mesmo passo civilizacional o dístico revolucionário: liberdade e igualdade. Quando no Livro 4 de sua obra, *A República Federal* (1881), Assis Brasil trata do sufrágio universal, explica ele ser esse instituto uma decorrência da liberdade, o direito que iguala os homens.

Portanto, sob tal princípio, a noção de igualdade se sustenta sobre o direito de liberdade que nivela os homens. Talvez seja essa a premissa que embasa o termo democracia associado à Abolição. Após o 13 de Maio, a *Revista* saúda o jornal de José do Patrocínio, *Cidade do Rio*, como “órgão democrático”. Daí porque o caminho ficava aberto para a República: “Sosseguem, pois, os impacientes e os reformadores de 14 de maio: quando uma democracia, como a nossa, toma posse de si mesma, nada pode obstruir-lhe o caminho.²¹⁰” Ou de maneira mais taxativa: “O 13 de maio nivelou todas as classes.²¹¹” O principal articulista da *Revista Ilustrada* no final dos anos 1880, refere-se às “nações

²⁰⁹ Martins Jr., op. cit., p. 65-77.

²¹⁰ Júlio Verim, “Reflitamos” in *Revista Ilustrada*, 15 de dezembro de 1888.

²¹¹ *Revista Ilustrada*, 12 de janeiro de 1889.

civilizadas e livres, aonde todos os homens são iguais perante a lei”²¹². Nesse diapasão, os privilégios são um atentado contra uma sociedade livre. Mas vejamos claramente qual era essa noção de igualdade:

A igualdade não é, como pensam muitos e como gritam os nossos adversários — o nivelamento de todos, a negação das faculdades e aptidões de cada um. Isto de igualdade apenas teria o nome; seria o rebaixamento das aptidões até a nulidade [...] seria [...] quebrar a ordem da natureza. A igualdade é o reconhecimento do direito que tem cada um de desenvolver-se e aperfeiçoar-se e a atingir a altura que seus méritos lhe destinam. É também, por conseqüência, a negação fundamental de todos os privilégios, ou direitos inatos: de casta, de família, etc, etc.²¹³

O corolário da extinção dos privilégios é o de um regime do talento. Os republicanos atrelavam a ele a forma republicana de governo. Francisco Cunha dizia que “em breve serão raros os talentos de alguma esfera, os jovens de enérgicas aspirações que resistam ao movimento de atração, que exerce a nossa causa (...).”²¹⁴

Com a proclamação da República, a *Revista* exulta com o fato de que se tinham acabado os privilégios, estando instaurada a igualdade, posto que antes não havia “a concorrência do mérito”. Isso agora era página virada da nossa história: “Hoje, não! Os cargos, as honras, a própria glória estão no extremo limite de uma estrada, que todos podemos trilhar.”²¹⁵

Se atrelarmos esse ideário às teorias do darwinismo social em voga no final do oitocentos, no Brasil, podemos entender o quanto a noção de extinção dos privilégios, tendo por corolário um regime do talento, bem combinava com os anseios de grupos sociais em ascensão. Com a República instalada e os privilégios suprimidos, a dedução de Euclides da Cunha, escrevendo em 1890, em *A Província de São Paulo*, é lógica: “O governo republicano — digamo-lo sem temor, é naturalmente aristocrático — os pergaminhos dessa nobreza porém ascendem, numa continuidade admirável, das oficinas às academias.”²¹⁶

Estamos, aqui, silenciando outras acepções de democracia, como aquela que esteve ligada ao apelo pela pequena propriedade em razão da sua pouca divulgação ou aceitação naquele contexto histórico. A *Revista* chegou a noticiar,

²¹² Júlio Verim, “A Vida Política” in *Revista Ilustrada*, 21 de abril de 1888.

²¹³ Assis Brasil, op. cit., p. 38-39.

²¹⁴ Francisco Cunha, op.cit., p. 498.

²¹⁵ S. Marcial, “Em Plena República” in *Revista Ilustrada*, 7 de dezembro de 1889.

²¹⁶ Euclides da Cunha, “Atos e Palavras” in Eunice Galvão (org.), *Euclides da Cunha*, p. 48.

em sua edição especial pela Abolição, uma conferência de André Rebouças na Escola Politécnica na qual tratou ele da “democracia rural”. Em 27 de outubro do mesmo ano, noticia que José do Patrocínio fez da pequena propriedade uma cláusula do programa democrático²¹⁷.

∴

Quando o princípio da igualdade extrapola a estreita visão de uma sociedade sem privilégios e supõe uma extensa inclusão social recebe ele, mais comumente, a designação de “socialismo”.

Nas discussões que antecederam a reforma eleitoral de 1881, diferentes acepções de democracia apareceram. Cândido Mendes enxergando-a pelo viés político, vê nela o governo do povo através de seus representantes, princípio realizável pela monarquia brasileira, posto que na sua quase totalidade o país era composto de pessoas sem privilégios²¹⁸. Já Rui Barbosa, pesando sua conotação social, defende a democracia liberal, racional e natural, visto a desigualdade natural entre os homens, ou seja, bate-se por uma “igualdade conforme à democracia não socialista.”²¹⁹.

Embora, em 1879, Lúcio de Mendonça tenha dito ser o socialismo a absorção do indivíduo pelo Estado²²⁰, também ele, talvez, tenha adotado a noção mais comum que o entendia como o igualitarismo sem restrições. Na revista *Escândalo*, publicada em 1888 — em colaboração com Valentim Magalhães — ele se rotula de “socialista republicano”. Fontoura Xavier também assim se define, devido ao seu “grande amor social”²²¹. Lopes Trovão entende que a queda da monarquia seria a eliminação do obstáculo para a implantação do socialismo²²².

Nessas disposições políticas, muitas vezes, a república é vista como uma forma temporária e propícia para a implantação do socialismo. Em carta escrita a Evaristo de Moraes, em 1918, Lopes Trovão elogia a luta deste último em favor do proletariado, distinguindo a sua intuição de “que a república não é um fim, mas

²¹⁷ Sobre a questão, ver a tese de doutoramento de Maria Alice Rezende de Carvalho, *O Quinto Século. André Rebouças e a construção do Brasil*.

²¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 180-181.

²¹⁹ Apud Ibid., p. 219.

²²⁰ Lúcio de Mendonça, “Um pouco de Teoria” in op. cit., p. 75.

²²¹ *Revista Ilustrada*, 24 de janeiro de 1885.

²²² Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 236.

um meio para a solução dos problemas sociais”²²³. Muito mais explícito é Lúcio de Mendonça, que escrevendo já na república, afirma:

O que eu sou, definitivamente, o que sempre fui e declarei ser, desde que me entendo nestas altas coisas, é um franco, radical, irredutível socialista, aceitando a atual forma de governo como um aproximação, ainda muito rudimentar e imperfeita, de um ideal muitíssimo mais elevado. Pois um regime que ainda tem o casamento indissolúvel (...) a exploração revoltante do trabalho pelo capital (...).²²⁴

Essa posição é rechaçada pelos republicanos não radicais. Francisco Cunha reclama de ser chamado de socialista pelo *Jornal do Comércio* e garante que o povo gaúcho não confunde república com socialismo²²⁵.

De qualquer maneira, em 1882, Lúcio via a república como a “comunhão da justiça social”²²⁶, ou como “o ideal da justiça democrática”²²⁷. Na comemoração do centenário da Revolução Francesa, escreve ele no *Diário Popular* de São Paulo: “o ano de 89 não pode escoar-se sem que o Brasil pague à justiça social o seu tributo retardado.”²²⁸

Se não socialista, esse caráter igualitário, popular, do regime republicano embalou sonhos radicais: a república era a expressão da vontade popular, onde residia a soberania nacional. Por isso se quis sua legitimação na Câmara Municipal. Não é outro o intento dos termos introdutórios do Governo Provisório: Em nome do Povo, do Exército e da Armada. Em Silva Jardim, a preocupação é constante. Na “Carta Política” que se seguiu à famosa conferência de 30 de dezembro de 1888 declara ele: “só a ausência completa de apoio me poderia fazer recuar do compromisso tomado.”²²⁹

∴

Tratemos ainda de outra questão relacionada às noções de república, postas no contexto. Apesar do agnosticismo dos republicanos, da generalizada rejeição da Igreja à propaganda, da convicção da Geração 70 sobre a obsolência das religiões, havia um entendimento de que na pregação cristã estava as origens do ideal democrático e/ou republicano.

²²³ Apud prefácio de Evaristo de Moraes Filho in Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, p. 7.

²²⁴ Apud Edgar e Carlos Sússekind de Mendonça, *Lúcio de Mendonça*, p. 74.

²²⁵ Francisco Cunha, “República e Monarquia” in op. cit., p. 254.

²²⁶ Lúcio de Mendonça, “Vinte e Um de Abril” in op. cit., p. 219.

²²⁷ Lúcio de Mendonça, “Pela Última Vez”, in op. cit., p. 337.

²²⁸ Apud Edgar e Carlos Sússekind de Mendonça, op. cit., p. 42.

²²⁹ In *Revista Ilustrada*, 12 de janeiro de 1889.

Desde já, é bem verdade que os “ilustrados” brasileiros jamais deixaram de ter uma apreciação positiva pelo ideário e pela figura do “Nazareno”. Muitas vezes, o dístico revolucionário — liberdade, igualdade e fraternidade — é visto como uma derivação da mensagem cristã. Lúcio de Mendonça, como vimos, diz ser ele o “verbo incendiário” de Cristo. Num de seus artigos para o jornal *Colombo*, defende a tese de que o cristianismo e a Revolução Francesa foram as duas maiores revoluções sociais da história e de que a legenda republicana — liberdade, igualdade e fraternidade — decorre da doutrina cristã²³⁰. Em outra passagem afirma que o republicano não é contra a religião²³¹.

É interessante registrar o aparecimento de uma obra menor que mais serve de índice da divulgação dessas idéias. Em 1883, João de Pino e Machado escreve *Implantação da República no Brasil*. Depois de reclamar dos serviços de republicanos à monarquia, trata, no capítulo 2, da “República perante a Religião”. Sua tese, não inovadora, é a de que o republicanismo não ataca a Igreja, mas a maneira como ela é conduzida pelo padre e pelo papa. Inversamente, é a Igreja que não segue a doutrina de Jesus que se resume em liberdade, igualdade e fraternidade. Explica assim: “(...) esses princípios formam uma nova doutrina; essa doutrina é a doutrina do republicanismo; e o republicanismo fora predicado por Jesus como o único e verdadeiro meio de regeneração do mundo.”²³²

Continua ele: o “clero infame” apresenta o republicanismo como “muito anticlerical” e influencia o povo nessa sua rejeição. Calunia seus adeptos no púlpito como o “gênio do mal”, como “revolucionários em todas as questões sociais”. A única verdade, como frisa, é que seguindo seus ditames maiores, a república decretará a liberdade de culto e por isso é tachada de antireligiosa²³³.

∴

Contrariamente ao casamento entre Estado e povo, figurado na *Revista Ilustrada*, Silva Jardim fala do “divórcio entre monarquia e a nossa sociedade”, no “divórcio do teologismo” porque a república tornou-se “a nossa salvação única, a grande fatalidade.”²³⁴.

²³⁰ Lúcio de Mendonça, “Da Mulher” in op. cit., p.53.

²³¹ Lúcio de Mendonça, “Questão Velha” in op. cit., p. 98.

²³² João de Pino e Machado, *Implantação da República no Brasil*, p. 18.

²³³ Ibid., p. 18 e 26.

²³⁴ Antônio da Silva Jardim, “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” in Antônio da Silva Jardim, *Propaganda Republicana (1888-1889)*, p. 327.

Mas a ameaça desintegradora do consórcio Estado-povo estava, pois, na atração exercida por idéias e sentimentos já postos na cultura democrática e científica do final do oitocentos. A certeza dessa inevitabilidade histórica cedo sustentou a tranqüila confiança de Saldanha Marinho na “revolução pacífica, a revolução das idéias”, enquanto aguardava o futuro “até que se consiga a reforma desejada”. Ao que acrescentou, em aparte, o deputado Galdino das Neves, também republicano: “Basta que a idéia caminhe; é só o que queremos.”²³⁵

A idéia de república como fatalidade da evolução histórica, especialmente da América, está bem clara num artigo da *Revista* que saúda a sua instalação no Brasil: “único regime que convém à nossa pátria e que havia de ser fato mais hoje mais amanhã. (...) e hoje em plena paz, no meio do regozijo popular saúda-se, de todos os lados o novo e fecundo regime da democracia, do direito e do futuro da América.”²³⁶ É essa fatalidade, lamenta aquele periódico, que Afonso Celso não enxergava, como, antes, Cotegipe em relação à Abolição: “A mesma cegueira quanto à irreducibilidade de um movimento que haure forças no próprio coração da pátria (...) a mesma inconsciência em afrontar o futuro. A resposta não se fará esperar (...). Agora acontecerá o mesmo.” Ouro Preto se tornara, então, “um delegado da realeza em apuros.”²³⁷

Dessa “cultura” não escapava nem mesmo D. Pedro II. Comentando a Revolta do Vintém com a condessa de Barral, extravasava ele: “Difícil é a posição de um monarca nesta época de transição. Muito poucas nações estão preparadas para o sistema de governo *para que se caminha* e eu decerto poderia ser melhor e mais feliz presidente da República do que imperador constitucional.”²³⁸

O monarquista Rui Barbosa viu na federalização do regime uma estratégia para o seu prolongamento porque “a passagem de uma para outra [da monarquia para a república] é fatal; aos liberais resta o ônus patriótico de prepará-la [a passagem], demorando-a, e removendo as violências da transição.”²³⁹

Na sua conferência de 7 de abril de 1888 em São Paulo, exultava Silva Jardim: “Demonstrei que a marcha da Humanidade levará à República.”²⁴⁰ A *Revista Ilustrada* nos conta que o Ministro do Interior do governo francês revelou

²³⁵ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pp. 256 e 257, respectivamente.

²³⁶ *Revista Ilustrada*, 16 de novembro de 1889.

²³⁷ Júlio Verim, “Pela Política” in *Revista Ilustrada*, 22 de junho de 1889.

²³⁸ Apud Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 237, grifo meu.

²³⁹ Rui Barbosa, “Ao País”, 9 de junho de 1889, in op. cit., tomo III, p. 232.

²⁴⁰ Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 80.

que D. Pedro II havia declarado quando de viagem àquele país que “se não fosse imperador seria republicano”²⁴¹.

Desde Francisco Cunha aos trabalhos teóricos de Assis Brasil ou Alberto Sales, no início da década de 1880, até os discursos de Silva Jardim, nos momentos finais do Império, a linha de argumentação pró república é a mesma: a evolução da história. Ainda em 1873, sob a sugestiva epígrafe “Ça ira! Ça ira!” e dedicado a Luís Gama, escreve Lúcio de Mendonça o seu *Hino à Plebe*:

Eis de pé no turbilhão da praça!
Ao Despotismo com o morrão ardente
Mortal sentença a mão do Povo traça!
Eia, bandidos! A vingança espera!²⁴²

A república como democracia é a superação histórica de uma sociedade baseada no privilégio, adequada, já agora, às premissas científicas da “seleção natural”. Essa fatalidade histórica, porque tal, teria que atingir o Brasil, como explica José Veríssimo:

A República há de ser um bem para o Brasil por razões maiores do que o parvoíno jacobinismo com que a preconizavam ontem ou a endeusam hoje (...) é determinada pela nossa evolução histórica e circunstâncias políticas. (...) Há na história uma espécie de fatalismo a rever as leis que presidem a evolução geral da humanidade (...). A uma dessas leis, certo, obedeceu a nossa recente evolução social (...).²⁴³

Francisco Cunha resume assim sua convicção sobre a evolução social da humanidade: “Toda monarquia que admitir sinceramente as modificações periódicas que traz o movimento aperfeiçoado das sociedades humanas, no seu desenvolvimento necessário e fatal, caminha para a ruína, para o suicídio.”²⁴⁴ Isto porque “o reinado da monarquia está condenado irremediavelmente.”²⁴⁵

Comentando a reassunção monárquica da Espanha, após a experiência republicana, que fez de Castelar um das figuras de devoção dos intelectuais brasileiros, Luiz Delfino exterioriza a indignação de muitos com o retrocesso espanhol:

Reluto. — Sinto ser mais que teu filho;

²⁴¹ “Exposição de Paris de 1889” in *Revista Ilustrada*, 30 de junho de 1885.

²⁴² Lúcio de Mendonça in *Vergastas*.

²⁴³ J. Veríssimo, *Educação Nacional*, p. L –LI.

²⁴⁴ Francisco Cunha, “O Partido Republicano Federal IV” in op. cit., p. 232.

²⁴⁵ Francisco Cunha, “A Corrupção” in op. cit., p. 441.

Homem sou — e senti golpeada a entranha,
Quando, fugindo do esplendente trilho,
Em que ias triunfante, atrás voltaste.
Por que mentiste à liberdade, Espanha?
Por que na marcha triunfal paraste?²⁴⁶

Ainda acadêmico, em 1861, escreveu França Junior a peça *Meia Hora de Cinismo*. Na cena X, o personagem Trindade ergue um brinde: “Vou arrematar este brinde, senhores, bebendo à saúde daquelas idéias que mais se harmonizam com o estado de perfectibilidade e civilização dos povos: à saúde das idéias republicanas!”²⁴⁷.

Acreditavam os membros da Geração 70 que democracia e república eram termos intercambiáveis e inscritos na evolução humana. Isto é bem claro em Euclides da Cunha que explicita a noção de que são elas uma derivação da própria ciência: “Pois bem; a política do século XIX chama-se democracia (...) para revesti-la da fortaleza, da lógica inquebrantável de uma dedução científica (...) por fim, o republicanismo não vencerá, convencerá (...).²⁴⁸” A *Revista Ilustrada* também designa a república como “a filha da ciência”²⁴⁹. O *Diário de Notícias* publica em 1889 um estudo de Sílvio Romero sobre “As Três Formas Principais da Organização Republicana”. Nele aparece igualmente a inescapável marcha da História que consagra, na contemporaneidade, o momento da inserção política e social do “4º estado”, expressão em voga de que se vale o autor. Era, pois, inevitável, que o Brasil se incluísse nessa teleologia. Sua argumentação é incisiva:

A ninguém é dado mais iludir-se sobre as aspirações republicanas do povo Brasileiro.

Presenciamos uma evolução irresistível. A marcha ascendente das camadas populares, sua fatal tendência a superar as velhas instituições da monarquia, da nobreza militar, da cleresia e da própria classe média, é um desses postulados da história universal, que só a fanáticos ou a ignorantes é dado desconhecer. Não se trata de saber aqui se é um bem ou é um mal; afirma-se que é fato inevitável (...) termo necessário da evolução total da humanidade.

(...)

Ora, o ritmo social é hoje para a democracia, sem a menor sombra de dúvida.

(...)

Onde a democratização for completa na ordem social, a forma republicana, sua natural expressão na ordem política (...).

²⁴⁶ Luís Delfino, “Solemnia Verba” in op. cit., p. 49.

²⁴⁷ Joaquim José da França Junior, *Teatro de França Junior*. O autor não era republicano e virá a privar da intimidade da família real. Foi amigo e muito achegado a D. Pedro Augusto e manifestará sua comiserção com a deportação do imperador.

²⁴⁸ E. da Cunha, “Questões Sociais. 1888-1889 in Walnice N Galvão (org.), op. cit., p. 41.

²⁴⁹ “Páginas Cor de Rosa” in *Revista Ilustrada*, 7 de dezembro de 1889.

Os republicanos brasileiros fizeram do desenvolvimento do Chile e da Argentina a bandeira de comparação entre república e monarquia. Ainda na década de 1870, Francisco Cunha, apontando o progresso argentino, vale-se dessa estratégia: “Essa preciosa faculdade do nosso espírito — a comparação — leva-nos a resultados que começam a ser em desvantagem do Império.”²⁵⁰ Em outra série de artigos sob o título “República e Monarquia”, em discussão com o *Jornal do Comércio*, ressalta ele o desenvolvimento dos países da América Central e Meridional nos últimos 50 anos.²⁵¹ Ou ainda de maneira direta: “Se a monarquia é o privilégio, como pode a monarquia ter espírito de progresso.”²⁵²

Uma das modas da época era apontar o crescimento do México onde, por acréscimo, o governo era controlado por positivistas conhecidos como “los científicos”. Sob a reprodução da manchete da *Gazeta de Notícias*: “Olhemos para o México”, a *Revista* reclama que o Brasil será a última das nações “com coroa e tudo”²⁵³.

No mesmo ano de 1881, aquele periódico mostra um carro carregando uma coroa e reclama que enquanto a indústria argentina se desenvolve, o Brasil carrega um peso superior às suas forças²⁵⁴ (fig. 11)²⁵⁵.

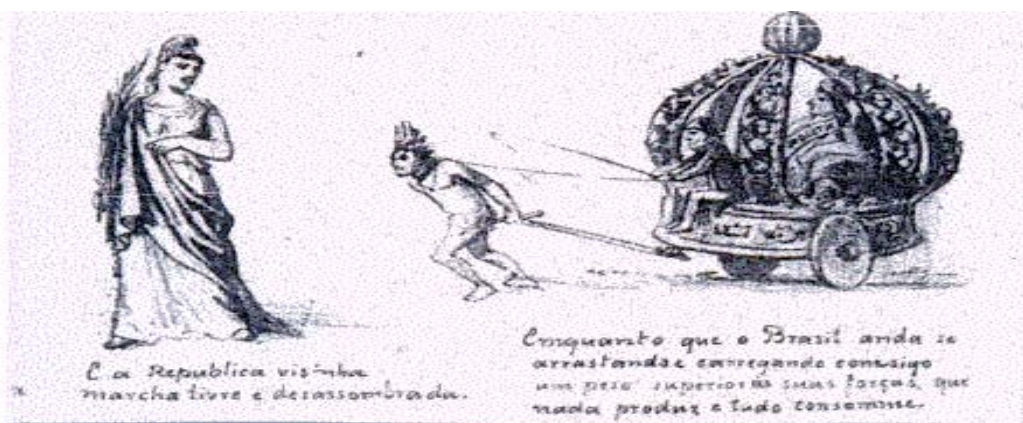


fig. 11

Em outra oportunidade, apresenta um navio com a bandeira do Rio da Prata tendo no seu casco a inscrição “colonização”, enquanto a propaganda

²⁵⁰ Francisco Cunha, “Um Sinistro Vaticínio” in op. cit., p. 142.

²⁵¹ Francisco Cunha, “República e Monarquia” in op. cit., p. 260.

²⁵² Francisco Cunha, “Ao Jornal do Comércio” in op. cit., p. 202.

²⁵³ *Revista Ilustrada*, 11 junho 1881.

²⁵⁴ *Ibid.*, 23 de julho de 1881.

²⁵⁵ In *Revista Ilustrada*, 23 de julho de 1881.

aboliconista brasileira se acha sentada sobre um vulcão e amarrada a um poste²⁵⁶. Referindo-se à repercussão positiva da Abolição nos países meridionais da América, a *Revista* os taxa de “povos adiantados”. Quando foi aprovado o casamento civil no Chile, compara: “As pequenas repúblicas vão dando quinaus no grande império.²⁵⁷” Ou, então, proclama: “nesse país glorioso [a Argentina], aonde utopias de progresso são realidades.²⁵⁸”

Como concretização da evolução histórica, ao regime republicano se ligam as “idéias avançadas”, como a grande naturalização. Por sua adesão, Taunay, apesar de ser um conservador, “merece o barrete frígio”²⁵⁹. Os republicanos estiveram associados à luta aboliconista. A *Revista* fala de *O Globo*, jornal dirigido por Quintino Bocaiúva, como “excelente jornal, republicano e aboliconista”²⁶⁰. Martins Junior é “um nome que honra a geração moderna (...) pelas idéias adiantadas que professa”, como o republicanismo e aboliconismo²⁶¹. Jornais republicanos de São Paulo são “órgãos das idéias adiantadas”²⁶². Repelindo os republicanos do 14 de maio, a *Revista* desafia: “para vencer, as idéias adiantadas devem ganhar o 1º Distrito”²⁶³. O partido republicano se nomeia “o mais adiantado partido nacional”²⁶⁴. Para Francisco Cunha, são as províncias adiantadas que organizam clubes republicanos²⁶⁵.

Inscrita nas leis inexoráveis da história como o regime político da ciência e da democracia, a república era “a mais racional de todas as formas de governo”²⁶⁶. No caso do Brasil, segundo um editorial do *Diário de Notícias*, o que sobressaía no primeiro plano da realidade “[era] uma evolução tão adiantada para a democracia que todas as expectativas possíveis são elementos de cooperação para o seu triunfo”²⁶⁷.

²⁵⁶ Ibid., 4 de novembro de 1882.

²⁵⁷ Ibid., “Ecos e Fatos”, 19 de janeiro de 1884.

²⁵⁸ Ibid., “República Argentina”, 2 de junho de 1888.

²⁵⁹ Ibid., 23 de novembro de 1883. Relacionando os partícipes das conferências públicas em prol da naturalização, acaba por se destacar sua adesão pelos republicanos: Saldanha Marinho, Pereira da Silva, Magalhães Castro, Ubaldino do Amaral, José do Patrocínio, Nicolau Moreira, Vicente de Sousa, Lopes Trovão, Sílvio Romero, Ferro Cardoso, Quintino Bocaiúva (“Pequenos Ecos”, 26 de março de 1882).

²⁶⁰ Ibid., “Pic-Nic na Imprensa”, 8 de março de 1885.

²⁶¹ Ibid., Raul do Valle, “Martins Junior”, 1 de setembro de 1888.

²⁶² Ibid., “República e Indenização”, 30 de junho de 1888.

²⁶³ Ibid., “A República do Despeito”, 8 de dezembro de 1888.

²⁶⁴ Lúcio de Mendonça, “Na fase do Colombo” in op. cit., 72.

²⁶⁵ Francisco Cunha, “Organizemo-nos” in op. cit., p. 197.

²⁶⁶ Assis Brasil, op. cit., p. 42.

²⁶⁷ *Diário de Notícias*, 18 de julho de 1889.

Acreditando na força persuasória da imprensa, Francisco Cunha, muito atacado pelo *Jornal do Comércio*, convoca-o para o debate: “Venha a discussão, ela é a nossa força. Venceremos espancando as trevas (...)” E a vitória lhe parece certa porque “temos por nós duas forças inquebrantáveis — a razão e o futuro”²⁶⁸ (fig. 24).



fig. 24

²⁶⁸ Francisco Cunha, “República e Monarquia” in op.cit., p. 251 e 252. A figura mostra D. Pedro II recebendo intimação do Governo Provisório para deixar o país (in *A Evolução* de 16/11/1889, acervo do Museu Imperial).